



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS**

**DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS**

**Relatório Anual de Avaliação do  
Desempenho do Sector de Águas  
2014**

Maputo, Março de 2014

## ÍNDICE

SUMÁRIO .....	3
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ANÁLISE DOS INDICADORES .....	12
2.1 Quadro de Avaliação do Desempenho .....	12
2.2 Indicadores Dourados do Sector.....	6
2.2.1 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento rural .....	7
2.2.2 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento urbano .....	18
2.2.3 Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos.....	26
2.3 Actividades Realizadas no Âmbito do SINAS.....	29
2.4 Assuntos Chave e Recomendações.....	30
2.4.1 Assuntos chave.....	30
2.4.2 Recomendações .....	31
3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS.....	32
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2013 .....	35
4.1 Gestão das Finanças Públicas.....	35
4.2 Execução Orçamental do Sector de Águas .....	36
4.2.1 Orçamento de funcionamento.....	38
4.2.2 Orçamento de investimento .....	39
4.2.3 Dívida do sector .....	46
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	47
6. ANEXOS.....	52
7. REFERÊNCIAS .....	55

**INDICE DE TABELAS**

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014).....	12
Tabela 2: Balanço Final das Metas do PQG (2010-2014).....	13
Tabela 3: Matriz do Balanço QAD 2014.....	5
Tabela 4: Matriz do Balanço do PARP.....	5
Tabela 5: Ocorrências de Doenças Hídricas por Província.....	19
Tabela 6: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província.....	22
Tabela 7: Número de Amostras de Qualidade de Água Controladas por Sistema.....	26
Tabela 8: Capacidade e Nível Médio de Armazenamento das Principais Bacias.....	27
Tabela 9: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas.....	36
Tabela 10: Execução do Orçamental do Sector de Águas - 10 <sup>3</sup> MZN.....	36
Tabela 11: Despesas do Sector de Águas Incluindo of Fundos Externos Off Budget - 10 <sup>3</sup> MZN.....	38
Tabela 12: Despesas Totais de Funcionamento - 10 <sup>3</sup> MZN.....	38
Tabela 13: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10 <sup>3</sup> MZN.....	40
Tabela 14: Despesas do Investimento Interno a Nível das DPOPHs - 10 <sup>3</sup> MZN.....	42
Tabela 15: Despesas do Investimento Externo - 10 <sup>3</sup> MZN.....	42
Tabela 16: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nível das DPOPHs e Distritos - 10 <sup>3</sup> MZN.....	44
Tabela 17: Despesas do Orçamento de Investimento Externo <i>On Cut</i> - 10 <sup>3</sup> MZN.....	44
Tabela 18: Despesas do Orçamento de Investimento Externo <i>Off Cut</i> - 10 <sup>3</sup> MZN.....	45

**INDICE DE FIGURAS**

Figura 1: Tendências de Crescimento da Capacidade de Construção de Fontes Dispersas de Água.....	11
Figura 2: Evolução da Taxa de Reabilitações das Fontes Dispersas.....	12
Figura 3: Taxas Médias de Reabilitações das Fontes: 2010-2014.....	13
Figura 4: Evolução Comparativa das Construções de Latrinas por Padrão de Qualidade (2010-2014).....	15
Figura 5: Comunidades Declaradas LIFECA por Ano.....	16
Figura 6: Comunidades Declaradas Livres do Fecalismos à Céu Aberto por Ano, por Província.....	16
Figura 7: Tendência do Uso de Fontes de Água e Serviços de Saneamento Urbano (2004 - 2014).....	21
Figura 8: Tendências de Estabelecimentos de Ligações Domésticas nas Zonas Urbanas (2010-2014).....	23
Figura 9: Continuidade de Fornecimento da Água nos SAA Urbanos (2013).....	25
Figura 10: Tendência de Construção de Estações Hidroclimatológicas.....	28
Figura 11: Quadro Institucional do Sector de Águas de Moçambique.....	32
Figura 12: Evolução Proporcional da Despesa Realizada pelo Sector de Acordo com a Fonte de Recursos....	37
Figura 13: Proporção dos Fundos Investidos no Sector de Acordo com a Fonte de Recursos (2010-2014)....	40
Figura 14: Grau de Execução dos Fundos de Investimento de Acordo com a Fonte de Recursos (2010-2014).....	45
Figura 15: Tendências da Evolução da Dívida do Sector de Águas - em 10 <sup>6</sup> MZN.....	46

## SUMÁRIO

### Metas do QAD do Sector de Águas 2014

Para 2014 havia duas metas estabelecidas para o QAD: abastecimento de água - “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais”; e saneamento - “Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas”. O indicador do abastecimento de água nas zonas rurais teve um bom desempenho, enquanto o desempenho do indicador do saneamento foi abaixo do planificado, mas com um progresso assinalável. Em Dezembro de 2014 haviam **24.679** fontes dispersas operacionais em todo país, o que corresponde a mais **3.980** fontes que as planificadas (20.699), uma realização de **119%**. No que diz respeito ao saneamento urbano e peri-urbano foram contruídas **35.152** novas instalações em todo país, contra as **36.700** planificadas, correspondendo a um grau de execução de **96%** do planificado.

### Avaliação Geral do Desempenho do Governo no Sector de Águas

**Abastecimento de água rural** - Em 2014, o sector construiu e reabilitou **2.511** fontes dispersas contra as **2.014** planificadas, o que corresponde a uma execução de 125% do planificado no PES-2014. Portanto, este indicador foi **atingido** em 2014. Ambas metas, de novas construções e de reabilitações, foram atingidas e superadas.

Apesar deste desempenho positivo em termos do cumprimento da meta do PES-2014, estas realizações permitiram o alcance de uma taxa de cobertura estimada do abastecimento de água rural (combinada fontes dispersas + pequenos sistemas) de 52%, ou seja 8,95 milhões de pessoas. Deste modo, a meta do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) de 69% **não foi atingida**. A nova metodologia de cálculo da cobertura de água rural (300 pessoas por fonte) resultou na redução em 2,8 milhões de pessoas que seriam teoricamente consideradas servidas com o actual número de fontes e pequenos sistemas. Importa salientar que, durante o quinquénio, a população rural cresceu menos 2,4 milhões do que estava projectada, tendo alcançado os 17,1 milhões em 2014 contra os 19,5 milhões que haviam sido projectados. Portanto, a mudança da metodologia teve um impacto pouco significativo no incumprimento da meta.

A longo prazo, este subsector deverá: (i) fomentar a demanda nos serviços através do reforço do sistema de informação técnica, tal como bases de dados, mapas hidrogeológicos detalhados, e a conjugação com o conhecimento local para a identificação dos locais potenciais para a realização de furos e melhoria da planificação; (ii) repensar os modelos de gestão das fontes de água para a melhoria da sustentabilidade dos serviços, nomeadamente considerar o doseamento da gestão comunitária com modelos de gestão profissionalizada e parcerias público-privadas; e (iii) ampliar o leque de opções tecnológicas que sejam mais relevantes às condições de disponibilidade de recursos hídricos e que respondam também à dimensão, natureza e grau de desenvolvimento dos assentamentos rurais.

**Saneamento rural** - Em 2014, o sector construiu 114.721 latrinas melhoradas e latrinas tradicionais melhoradas, contra as 51.100 planificadas no PES-2014, o equivalente a 225% do grau de realização

do PES. Portanto, em termos das metas do PES o indicador foi **atingido**. Esta realização, entretanto, situou-se a 57% da meta do PARP para 2014, que era de construir 203.000 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas.

Os níveis de cobertura do saneamento rural continuam extremamente baixos. Os dados dos inquéritos do INE realizados entre 2005 - 2011, sugerem um incremento da taxa média de uso do saneamento calculável em 1,3% ao ano. Por outro lado, o número de latrinas construídas entre 2013 - 2014, dentro do padrão aceitável, contribuiu com cerca de 0,3% na taxa anual de cobertura. Este relatório adopta de forma conservadora a taxa anual de contribuição das construções para estimar uma taxa de uso de 15,3% (2.6 milhões de pessoas), em 2014. Tomando os dois extremos, incremento natural médio de 1,3% e a contribuição das construções de 0,3%, a taxa de uso poderá situar-se entre os 15,3% - 17% em 2014. Portanto, muito longe da meta do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) que era de 48%.

Dois aspectos devem ser tomados em conta nesta baixa cobertura: (i) número de latrinas construídas anualmente com padrão abaixo do aceitável para a cobertura (64% em média, no quinquénio); e (ii) a necessidade de desenvolvimento de programas multisectoriais integrados de saneamento com estratégias claras de envolvimento das lideranças comunitárias/pessoas influentes na comunidade e capacitação das comunidades, responsabilização clara e metas específicas e mensuráveis para cada Distrito/Posto Administrativo/Localidade. Esta abordagem pode ser parte do pacote de avaliação de desempenho dos Governos Locais.

**Abastecimento de água urbano** - Em 2014, foram estabelecidas 47.799 novas ligações domiciliárias, contra as 46.368 planificadas no PES, correspondendo a um grau de realização de 103%. Foram também construídos e reabilitados 194 fontanários (174 construções e 20 reabilitações), contra os 140 novos fontanários que haviam sido planificados no PES, uma realização de 124%. Estas realizações permitiram que em 2014 fosse alcançado o número de 478.703 ligações domésticas activas nas áreas urbanas e uma estimativa da cobertura dos serviços situada em 79%. Esta cobertura está em linha com os resultados do IDS (2011) que encontrou uma taxa de uso de água potável nas zonas urbanas de 85%. Este valor certamente inclui a revenda dos vizinhos, os POPs de Maputo e as fontes dispersas nas zonas urbanas, cuja contribuição tem sido estimada entre os 5% - 10%. Deste modo, o indicador do abastecimento de água urbano foi atingido e superou a meta do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014) na casa dos 18%. O último ano do quinquénio (2014) foi marcado também pelo início da integração gradual dos sistemas secundários, com a inclusão da monitoria do desempenho do sistema de abastecimento de água da Ilha de Moçambique no relatório do regulador ao governo de 2013. Como é do conhecimento geral, os sistemas secundários abrangem a cerca de 20% da população urbana total. O sector não poderá falar de equidade e introduzir estratégias específicas se não conhece a situação em que a provisão do serviço de água se realiza nestes assentamentos. Assim, recomenda-se a agência de gestão do património (a AIAS), ao regulador (o CRA) e seus parceiros a estenderem rapidamente as acções de monitoria do desempenho, pelo menos a todos sistemas operacionais em 2015.

Os desafios da água urbana em 2014, que deverão merecer uma atenção especial para prevenir um retrocesso dos ganhos até agora alcançados nos próximos anos, incluem: (i) a necessidade de

repensar nos sistemas de produção. Apesar do número de ligações estabelecidas em 2014 ter superado a meta do PES, foi muito baixo quando comparado com as realizações dos outros anos do quinquénio. Isto pode ser uma indicação de que as infra-estruturas actuais de produção estejam ficando saturadas reduzindo as possibilidades técnicas de estabelecimento de mais ligações; e (ii) a necessidade de redinamizar o controlo de qualidade da água. Em 2014, notou-se uma relativa degradação da qualidade da água abastecida e da componente de monitoria da mesma. Portanto, poderá ser importante considerar-se novos pacotes de investimentos de expansão de alguns sistemas principais e mais investimentos nos sistemas de tratamento e monitoria da qualidade da água.

A longo prazo, é preciso resolver os três desafios associados ao grande desenvolvimento que os sistemas principais tiveram nos últimos dez anos e um crescimento acelerado da cobertura, especificamente: (i) o problema da disponibilidade de recursos hídricos; (ii) o reconhecimento dos desafios na prestação de serviços em assentamentos precários e informais; e (iii) a necessária focalização na rentabilização dos investimentos através de maior eficiência na gestão. O conhecido fenómeno da urbanização e do crescimento das cidades vai ser um elemento de ainda maior pressão.

Nos sistemas secundários será necessário elaborar programas de investimento a longo prazo, que compreendam: (i) um programa de incubação e facilitação de operadores profissionais dos sistemas secundários; (ii) a tipificação e simplificação do processo de contratação de operadores; e (iii) a programação de um processo de “scaling up” gradual conjugando a capacidade de gestão dos serviços, o reforço do quadro institucional do sector público, e o objectivo de potenciar o alcance do acesso universal.

**Saneamento urbano** - O desempenho na construção de infraestruturas de saneamento urbano observado em 2014 foi o seguinte: construção de 22.991 latrinas melhoradas nas zonas peri-urbanas, construção de 12.184 fossas sépticas e estabelecimento de 77 ligações aos sistemas de esgotos, totalizando 35.152 infra-estruturas de saneamento urbano e peri-urbano, contra as 16.106 planificadas no PES-2014 portanto, uma realização de 218%. Com estas realizações estima-se que mais 176.260 pessoas passaram a dispor de serviços melhorados de saneamento urbano (incremento de 2% na taxa de cobertura), fazendo com que a cobertura passasse de 53% em 2013 para 55% (4.3 milhões de pessoas servidas) em 2014. Portanto, o indicador de saneamento urbano foi **atingido**.

Apesar desta realização, o saneamento urbano não cumpriu com a meta do PARP para 2014 que era de construir 36.700 infra-estruturas melhoradas de saneamento urbano. Por outro lado, as realizações do saneamento urbano em todo o quinquénio não foram suficientes para alcançar as metas do PQG 2010-2014, de servir a 7,5 milhões de pessoas.

A grande prioridade é o desenvolvimento de pacotes ou opções de viabilização de serviços de saneamento e a possível rentabilização de produtos derivados da cadeia de serviços, como o reuso de águas cinzentas e de lamas fecais tratadas. Torna-se premente desenvolver e promover opções de Parcerias Público-Privadas (PPP), em particular para a prestação de serviços mas também no investimento, embora o sector público deva assumir o principal esforço de investimento, não só de infra-estruturas mas também priorizando recursos para a capacitação e organização dos serviços de saneamento urbano.

**Recursos hídricos** - Em 2014 foram construídos 62 estações hidroclimatológicas convencionais das 45 planificadas no PES (138% de realização) e foram construídas mais 28 estações telemétricas. No global, a realização foi de 200%. Não havia qualquer meta específica para os recursos hídricos no plano quinquenal do governo 2010-2014. Apesar da ausência de metas oficiais, o sector havia definido para si uma meta acumulada de 666 estações para 2015 (na perspectiva de recuperação da rede de 1973) que não será provavelmente cumprida, uma vez que até 2014 haviam sido construídas no total 328 estações. Teriam que ser construídas 338 estações em 2015 para poder-se cumprir com a meta, mais que toda a realização dos últimos 5 anos.

Existem dois grandes desafios que o subsector dos recursos hídricos deve resolver, sob pena de comprometer as metas a curto e longo prazo dos outros subsectores. O primeiro é a necessidade de criação de uma estratégia de retenção e atracção de novos quadros nas especialidades ligadas ao planeamento de recursos hídricos. O segundo está em volta da necessidade de priorização da identificação de soluções a curto, médio e longo prazo para fazer frente a questão da demanda de água, tendo em conta o crescimento populacional e os grandes complexos industriais que vão surgindo, com especial enfoque para as zonas Centro e Norte do país.

**SINAS** - Apesar de não existirem metas específicas para as actividades do SINAS no PES 2014, foram realizadas várias actividades com vista a sua consolidação e alargamento para outras áreas nomeadamente, a digitalização de 2.987 fontes na base de dados em todo o país elevando o nível de povoamento da base de dados do SINAS. A codificação de 520 fontes em 2 distritos da província de Gaza, a capacitação/reciclagem de 125 técnicos dos DAS e SDPIs nas Províncias de Niassa, Nampula, Manica e Gaza, aquisição de equipamento informático para as províncias de Nampula, Manica, Sofala e Gaza, a aquisição de diverso material de codificação e análise de água para a Província de Inhambane e de Maputo; a realização de visitas de monitoria do uso da base de dados do SINAS nas Províncias de Nampula, Manica e Gaza; e actualização de bases de dados em alguns distritos das Províncias de Manica, Gaza e Maputo.

O SINAS deverá ser expandido a nível nacional enquanto se consolida nas quatro províncias iniciais. As acções necessárias, incluem: (i) a necessidade de integrar o SINAS com um sistema de controlo de desempenho dos distritos (ex: iniciativa SMODD) de modo a informação sectorial com os relatórios formais dos governos distritais e autoridades municipais; (ii) elaborar, no âmbito do programa anual integrado de formação, uma lista de todos os funcionários que necessitam de formação/reciclagem e um registo do pessoal já treinado e considerado como competente; (iii) sincronizar a implantação de eventos de capacitação com fornecimento de equipamentos e os pacotes informáticos das bases de dados; (iv) continuar a fazer uso dos distritos/municípios de sucesso para treinar e inspirar outros distritos/municípios ao nível técnico e também ao nível de gestão e político; e (v) assegurar que os registos dos empreiteiros (Fichas de fontes de água) sejam fornecidos de forma sistemática ao nível distrital e do posto administrativo e que cada governo local dispõe de equipamento necessário para realizar o seu trabalho.

## Execução Financeira

O **Orçamento Total** do Sector de Águas em 2013 teve a dotação actualizada de **6.245.994,73 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. O valor efectivamente realizado foi de **3.441.070,91 mil Meticais** (o equivalente a 55% do orçamento actualizado) e a proporção se manteve em 2% para o funcionamento e 98% para o investimento.

A contribuição de fundos externos para o Sector de Águas em 2014 foi na ordem de 70% do total da dotação orçamental actualizada, contra os 80% inscritos em 2013. Em termos do valor efectivamente executado em 2014, o peso dos fundos externos foi de 48%. Portanto, houve mais esforço do Governo em assumir o orçamento do Sector em ambos dotação orçamental e valor efectivamente executado. Esta tendência foi observada ao longo de todo o quinquénio onde a componente interna executada apresentou os seguintes pesos relativamente ao valor global: 2011 (12%), 2012 (13%), 2013 (30%) e 2014 (52%).

O orçamento de funcionamento do sector teve no ano de 2014 uma dotação actualizada de 105.491,35 mil Meticais sendo a execução de 83.536,58 correspondente a uma taxa de execução de 79%. A distribuição do orçamento de funcionamento teve os seguintes pesos: 55% para as instituições de nível central (DNA, FIPAG, CRA e AIAS) e 45% para as instituições de nível provincial, nomeadamente as ARAs. O valor executado em 2014 foi 2% abaixo do valor executado no ano anterior (2013), o que dá uma indicação do controlo das despesas de funcionamento por parte do sector.

A componente de investimento teve em 2014 uma dotação actualizada de **6.140.503,38 mil Meticais** tendo a execução sido de **3.357.534,33 mil Meticais**, equivalente a taxa de execução de 55%. Os pesos das duas componentes foram: interna - 30% e externa - 70%. Como resultado da baixa execução no orçamento externo, os pesos dos valores efectivamente investidos no sector foram de 50% provenientes da componente interna e 50% provenientes da componente externa.

Ao longo do quinquénio 2010-2014 observou-se também uma tendência crescente das taxas de execução do orçamento interno (2010 - 91%, 2011 - 91%, 2012 - 93%, 2013 - 95% e 2014 - 96%) enquanto a execução do orçamento externo cresceu de 2010 para 2012 e daí iniciou com uma tendência de decréscimo (2010 - 48%, 2011 - 56%, 2012 - 83%, 2013 - 60% e 2014 - 38%). Estas tendências mostram: (i) uma estabilidade da componente interna do orçamento e (ii) uma sazonalidade do orçamento externo devido a estágio de implementação de projectos. Por exemplo, 2012 e 2013 foi o período de pico dos projectos do MCC/MCA.

Do valor total investido em 2014 pela componente externa, 31% foram créditos e 69% foram donativos.

## Avaliação Geral do Desempenho do Sector de Águas em 2014

A avaliação global do desempenho do Sector de Águas quanto a implementação do Plano Económico e Social 2014 (PES-2014) foi satisfatória, uma vez que foram alcançados e superados todos os quatro indicadores do sector: Abastecimento de Água Rural (125%), Abastecimento de Água Urbano (103%), Saneamento Rural (225%) e Saneamento Urbano (218%).



## **Desafios Encontrados**

### Abastecimento de água

- Durante o quinquénio, a média anual de construções/reabilitações de fontes dispersas situou-se nas 2.436 fontes, um valor muito acima do valor barreira das 1.379 fontes definidas no Plano PESA-ASR 2006-2015, mas mesmo assim não atingiu as metas do PQG. Porém, para alcançar a meta do PQG era necessário que a média anual de construções/reabilitações se situasse nas 4.350 fontes por ano, ou seja uma média de mais 79% acima do que se produziu entre 2010 - 2014.
- As perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água urbanos continuam muito altas, a média em 2013 situou-se nos 39%. A Águas da Região de Maputo continua a ser o maior desafio porque o seu volume de produção (alto) tem uma influência significativa na média. Os outros sistemas que estão acima do alvo são: Angoche (49%), Cuamba (35%) e Ilha de Moçambique (63%). Angoche e Cuamba tiveram um retrocesso neste indicador de 2012 para 2013. Angoche passou de 37% em 2012 para 49% em 2013 e Cumaba passou de 25% em 2012 para 35% em 2013.
- Água urbana teve um desempenho não satisfatório em termos de qualidade da água distribuída. Foram analisados menos parâmetros de qualidade de água em 2013 que em 2012, com alguns sistemas a analisarem menos de 11 parâmetros que são o mínimo estabelecido pelo regulador, nomeadamente Lichinga, Cuamba e Ilha de Moçambique. Das amostras analisadas, apenas 70% estavam em conformidade.
- A integração gradual dos sistemas secundários no processo de monitoria sistemática do desempenho parece lenta, apenas um (1) sistema foi integrado em 2013 (Ilha de Moçambique).

### Saneamento

- O maior desafio enfrentado pelo saneamento rural é a construção de latrinas com padrão abaixo do mínimo exigido que continua muito alta. Cerca de 67% das latrinas construídas em 2014 tinham padrão abaixo do mínimo exigido, muito próximo da média das latrinas abaixo do padrão construídas em todo quinquénio que se situou nos 64%.
- Ainda persistem desafios na recolha de dados relativos às infraestruturas de saneamento nas zonas urbanas e peri-urbanas. O uso dos modelos de relatórios tem estado a melhorar o processo de recolha dos dados de saneamento rural.

### Recursos hídricos

- A falta de definição de metas estratégicas e anuais para os recursos hídricos dificulta a avaliação das suas realizações.

- Ainda persistem desafios na recolha de dados relativos aos indicadores de gestão dos recursos hídricos e infra-estruturas hidráulicas. Por exemplo, a situação dos sistemas de armazenamento de água.

### Execução financeira

- Em 2014 não foi possível capturar o valor do investimento externo realizado fora o orçamento (*Off Cut & Off Budget*).
- Ainda persiste a dificuldade de identificação de despesas de funcionamento relacionadas com a componente de água e saneamento a nível das Direcções Provinciais de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.
- A dívida do sector inverteu a tendência decrescente que se verificava nos últimos anos e cresceu mais de 3 vezes comparativamente a 2013.

### **Propostas de Soluções para Melhorar do Desempenho**

#### Abastecimento de água e saneamento

- Envidar mais esforços de mobilização de recursos financeiros para garantir uma planificação mais ambiciosa e alinhada com os objectivos estratégicos do sector para o abastecimento de água rural.
- Capacitar tecnicamente as comunidades rurais, incluindo o sector privado na construção de latrinas de padrão elevado.
- Desenvolver, implementar e monitorar programas de redução de fugas em ambos, sistemas principais e secundários.
- Alguma atenção, incluindo investimento é necessária para a componente de qualidade da água dos sistemas urbanos principais de abastecimento de água, incluindo os recursos para apetrechamento dos respectivos laboratórios.

#### SINAS

- Desenvolver planos quinquenais e anuais de implementação das actividades do SINAS.
- Continuar com a capacitação já iniciada dos técnicos dos Conselhos Municipais e SDPIs das vilas municipalizadas e alargar esta abordagem para o sector de recursos hídricos, incluindo as ARAs.
- Acelerar a integração dos sistemas secundários no processo de monitoria, incluindo os que ainda não dispõem do quadro regulatório (os que não são reportados a partir do regulador).

#### Recursos Hídricos

- Estabelecer metas estratégicas e anuais para o sector de recursos hídricos.

## RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

- Melhorar o processo de recolha de dados neste sector, capitalizando as ferramentas existentes no SINAS.

### Execução Financeira

- Melhorar a orçamentação do abastecimento de água e saneamento através de estabelecimento de linhas financeiras específicas para estas componentes de modo a possibilitar a análise dos investimentos alocados e necessários.
- Melhorar a coordenação com os parceiros para capturar todas as acções por eles desenvolvidas, incluindo dados financeiros das suas acções.
- Melhorar a planificação das necessidades das participações internas em projectos implementados por parceiros externos, incluindo provisões para o IVA.

## 1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Avaliação do Desempenho do Sector de Águas de Moçambique de 2014 (RADS 2014) é o quinto desta série. O primeiro foi elaborado em 2010 e desde então, este tem sido o instrumento principal de avaliação do desempenho do sector tanto pelo Governo como pelos seus Parceiros de Apoio Programático.

O RADS é preparado na base dos relatórios anuais de Balanço do Plano Económico e Social (PES) da Direcção Nacional de Águas (DNA), que contém informação consolidada das Províncias, das Administrações Regionais de Águas (ARA's), do Fundo e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), da Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (AIAS), relatórios do Regulador (CRA), inquéritos do Instituto Nacional de Estatística (INE) (ex: MICS, IDS e IOF) e estudos nacionais e internacionais sobre o Sector de Águas. O Relatório Anual de Desempenho do Sector de Águas (RADS) distingue-se dos outros relatórios na natureza da análise. Enquanto os relatórios anuais do sector centram-se na relação entre os planos e a respectiva execução, o RADS faz análise em relação as metas anuais, explorando as razões de desempenhos particulares e recomendando medidas de sua melhoria.

A avaliação de desempenho de 2014 teve como principais fontes de dados: o balanço do PES, o relatório do Regulador CRA ao Governo, os estudos específicos existentes à data (IDS, 2011; Estudo de Base do PRONASAR-EB, 2011) e outros estudos internacionais para efeitos comparativos. Os relatórios anuais foram consultados numa forma mais retroactiva uma vez que tentou-se fazer também a avaliação do desempenho de todo o quinquénio.

O relatório começa com a avaliação dos indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD), depois analisa os progressos alcançados nos indicadores dourados do sector, e em seguida descreve as realizações feitas no âmbito do SINAS e termina com as recomendações pertinentes neste contexto. As três últimas partes do relatório são reservadas a apresentação do quadro institucional actual do sector, análise da execução financeira e a avaliação conjunta feita em 2014. Para mais detalhes o relatório apresenta em anexo as tabelas dos indicadores dourados avaliados na primeira parte do mesmo.

O RADS 2014 é o quinto na sua série e marca também o fim de um ciclo importante de planificação, nomeadamente o Programa Quinquenal do Governo (2010-2014). Assim, onde foi possível, depois da avaliação do progresso de um indicador específico durante o ano de 2014, faz-se também a avaliação da tendência da sua evolução ao longo de todo o quinquénio, o que exigiu uma consulta retrospectiva dos relatórios que o alimentam e que tenham uma periodicidade anual.

## 2. ANÁLISE DOS INDICADORES

### 2.1 Quadro de Avaliação do Desempenho

O programa quinquenal do Governo 2010-2014 para o Sector de Águas, foi desenhado para materializar os objectivos da Política de Águas e detalha os compromissos do Governo relativamente aos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODMs), estabelecendo as seguintes metas:

- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de água potável para cobrir um total de 20,1 milhões de pessoas, sendo 13,5 milhões nas zonas rurais e 6,6 milhões nas zonas urbanas;
- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de saneamento para cobrir um total de 15,5 milhões de pessoas, sendo 8 milhões nas zonas rurais e 7,5 milhões nas zonas urbanas.

A Tabela 1 apresenta a avaliação sumária do progresso dos quatro indicadores do PQG 2010-2014 para o Sector de Águas.

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014)

Serviço	Metas		Progresso
	Taxa de Cobertura	Pessoas Servidas	
Água Rural	69%	13,5Milhões	●
Água Urbana	70%	6,6 Milhões	●
Saneamento Rural	48%	8,0Milhões	●
Saneamento Urbano	80%	7,5 Milhões	●
<b>Legenda:</b>			
● - Meta do PQG <b>Antigida</b>			
● - Meta do PQG <b>Não Atingida</b>			

O PQG é um instrumento orientador dos objectivos do Programa de Redução da Pobreza (PARP). Desde 2004 que a sua avaliação pelos PAPs é feita usando indicadores comuns definidos através de um quadro de avaliação de desempenho (QADs). Esses indicadores servem de guião para a elaboração e avaliação dos planos económicos e sociais (PES). Da Tabela 1 constata-se que apenas a meta do abastecimento de água urbano foi **atingida**, a meta do abastecimento de água rural **não** foi **atingida**, em parte (ainda que pequena), por conta da redução do número de pessoas servidas por uma fonte dispersa de 500 que foi a base da elaboração do plano para 300 por fonte, que está sendo usado no processo de avaliação do progresso.

A Tabela 2 apresenta o nível de cumprimento do PQG nas quatro componentes principais do Sector de Águas.

**Tabela 2: Balanço Final das Metas do PQG (2010-2014)**

Serviço	Metas do PARP	Progresso	Taxa de Realização
Água Rural	69%	52%	75%
Água Urbana	70%	79%	113%
Saneamento Rural	48%	15,3%	32%
Saneamento Urbano	80%	55%	69%

Da Tabela 2, constata-se que o maior desvio negativo a metas do PQG ocorreu na componente de saneamento rural (com uma taxa de realização de 32%) do objectivo, seguido do saneamento urbano com uma realização de 69% do planificado. Estes resultados dão uma indicação de que o sector de saneamento quer rural quer urbano esteve mais distante do cumprimento das metas do PQG. Porém, ainda com desempenho quinquenal fraco, em termos de progressos rumo a cobertura universal, a cobertura do saneamento urbano está acima do abastecimento de água rural; isto é, em termos de progresso global mais atenção deve ser direccionada para as zonas rurais.

Para o Sector de Águas apenas dois (2) indicadores QAD foram acordados, que são: 1 indicador de produto para o abastecimento de água rural e 1 indicador de produto para o saneamento urbano. O progresso destes indicadores está apresentado na Tabela 3, abaixo.



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2014

Tabela 3: Matriz do Balanço QAD 2014

GRUPO	No	INDICADOR	REAL 2013	META 2014	GRAU DE REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO (%)	META 2015	SECTOR
<b>OBJECTIVO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL</b>								
<b>Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais &amp; segurança social básica e infra-estruturas Sociais</b>	18	Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais.	23.245	20.699	<b>24.679</b>	>100%	24.000	MOPHRH/ DNA
	19	Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas e tradicionais-melhoradas construídas em zonas urbanas e periurbanas.	19.034	36.700	<b>35.152</b>	96%	23.700	MOPHRH/ DNA

Fonte: (BALANÇO QAD - 2014)

Tabela 4: Matriz do Balanço do PARP

Sector	Objectivo do PQG 2010-2014	Programa do CFMP	Indicador de Resultado (Fonte de verificacao)	Base 2009	Progresso 2014	Indicador de Produto (Fonte de verificacao)	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Real 2014	Meta 2015
<b>Água e saneamento</b>	Aumentar o acesso ao uso de fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Abastecimento de água e saneamento	% da população que usa fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Urbano 70%	<b>79% -a)</b>	No total de ligações domiciliárias activas (FIPAG+AIAS)	299.300	331.400	352.400	370.400	384.900	<b>478,703</b>	NA
				Rural 30%	<b>52% -b)</b>	No total de fontes dispersas operacionais	16.500	18.900	21.500	24.200	20.699	<b>24,679</b>	NA
			% de pessoas que usa infraestruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais e urbanas	Urbano 47%	<b>66% -c)</b>	No de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	37.800	54.000	56.600	59.200	36.700	<b>35,152</b>	NA
				Rural 6%	<b>15.3%-d)</b>	No de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas em zonas rurais	171.000	179.000	187.000	195.000	203.000	<b>114,721</b>	<b>18.000</b>

**Legenda:**

- - Atingida
- - Não Atingida mas com Progresso
- - Não Atingida

a) Estimado com base nas tendências dos últimos anos (inquéritos do INE) dos desenvolvimentos de 2014, a partir da taxa de 85% em 2011 (IDS 2011), que incluía a revenda do vizinho, os POPs do Maputo e fontes dispersas nas zonas urbanas; b) De acordo com a nova metodologia, 300 pessoas por fonte associada as tendências dos últimos anos (inquéritos do INE e Estudo de Base do PRONASAR);

c) Estimado tendo a conta as tendências dos últimos anos (Inquéritos do INE); e d) Estimado com base nas tendências dos últimos anos (Inquéritos do INE e Estudo de Base do PRONASAR) desenvolvimentos de 2014, partindo dos 13% em 2011 do PRONASAR (EB, 2011).



Da Tabela 3 pode-se observar que o indicador de produto QAD para água foi **atingido** e superado em 2014, enquanto o indicador de saneamento **não foi atingido mas com progresso** assinalável (não alcançou a meta com um desvio de apenas 4%). As razões para o fraco desempenho do indicador de saneamento estão relacionadas com o desempenho muito baixo na instalação de ligações aos sistemas convencionais de redes de esgotos (apenas 77), o que afectou o valor global deste indicador, apesar de ter havido bons desempenhos nas construções de fossas sépticas e de latrinas melhoradas. O desempenho fraco nas ligações às redes de esgotos pode dever-se à fraca recolha de dados nos Municípios com redes de esgotos, nomeadamente Nampula, Quelimane, Beira e Maputo.

Da Tabela 4 - Matriz do PARP, constata-se que os indicadores de resultados da componente urbana são todos positivos em termos de progresso para 2014, e as respectivas taxas de acesso foram estimadas em 79% para abastecimento de água e 55% para saneamento, considerando as taxas de crescimento observadas desde 2004, que foram de 1% e de 2% respectivamente. Apesar de necessitarem de uma validação por levantamentos específicos, estes valores estão alinhados com os últimos estudos realizados. O IDS (2011) encontrou as seguintes taxas de uso: água urbana - 85% (que incluía a revenda de água dos vizinhos, os pequenos operadores privados urbanos e fontes dispersas nas áreas urbanas, que uma vez retirados passava para 72%) e saneamento urbano - 48%. Para a componente rural, o progresso dos indicadores de resultados foi estimado tendo também em conta as tendências observadas entre os estudos anteriores disponíveis. O IDS (2011) que apresenta as taxas de 38% e 13% para o abastecimento de água e saneamento rurais, respectivamente. Não se conhecendo o nível de incremento real entre 2011-2014, foram adoptadas as tendências de crescimento observadas entre os estudos anteriores (2%/ano para água e 0.3%/ano para o saneamento).

Nos indicadores de produtos, o indicador de abastecimento de água urbano foi **atingido** (124%), o indicador de saneamento urbano também foi **atingido** (119%), o indicador do abastecimento de água rural **não foi atingido mas com progresso** assinalável (desempenho de 96%), e o indicador de saneamento rural **não foi atingido** (57% de realização).

Ao longo do quinquénio os 4 indicadores do PARP tiveram os seguintes desempenhos: Nº de ligações domiciliárias activas - teve um crescimento médio anual de 16.5% e consistente ao longo do período; Nº total de fontes dispersas - teve um crescimento médio anual de 6.1% e consistente ao longo do período; Realizações em termos de instalações sanitárias urbanas - iniciou com uma deficiência na recolha de dados e melhorou a partir de 2011, o seu crescimento médio anual ficou distorcido por este facto, situando-se nos 128%; e latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas nas zonas rurais - teve um crescimento anual médio de 2.2% com altos e baixos ao longo do quinquénio.

## 2.2 Indicadores Dourados do Sector

Sendo os indicadores do QAD apenas dois (2), para tornar a avaliação do desempenho do sector mais abrangente, este relatório faz a análise dos 19 indicadores e 45 definições, adoptados pelo SINAS, dos quais 9 indicadores e 20 definições para o abastecimento de água

e saneamento rural, 6 indicadores e 18 definições para o abastecimento de água e saneamento urbanos e 4 indicadores e 7 definições para a gestão dos recursos hídricos.

### 2.2.1 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento rural

Este grupo de nove (9) indicadores com 20 definições apresenta diferentes níveis de preenchimentos. Neste momento, o sector consegue reportar anualmente os seguintes indicadores: acesso, uso, operacionalidade, infraestruturas construídas e reabilitadas e sustentabilidade. Os indicadores relativos ao tempo gasto para buscar água, o género e a equidade, necessitam de levantamentos específicos não podendo ser reportados anualmente, sendo a extrapolação de dados uma alternativa a considerar. Os dados do indicador de investimentos ainda necessitam que o sector aloque recursos para que estes possam ser monitorados e reportados com regularidade.

#### a) Tempo para buscar água

Definição: % de agregados familiares que gasta menos de 30 minutos a ir buscar água para beber
--

O tempo para ir buscar água é definido como a soma dos tempos de ida, espera e regresso no processo de busca de água. Quatro estudos específicos apresentando dados neste contexto já foram realizados. Porém, os dados destes estudos, não permitem o estabelecimento de uma tendência consistente com os desenvolvimentos que têm-se observado neste sub-sector. O Inquérito sobre Indicadores Múltiplos (MICS) realizado em 2008 calculou uma média de 52,7% dos agregados familiares gastavam menos que 30 minutos para ir buscar água nas zonas rurais, o Inquerito ao Orçamento Familiar (IOF-2008/2009), a cifra era de 85,9%, no Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) baixou para 48,6% e o estudo de base do PRONASAR terminado em 2011 calculou este grupo em 32%.

Por outro lado, nota-se que pode existir um desafio com a qualidade dos dados técnicos dos próprios inquéritos, que resultam em por exemplo dois (2) estudos referentes ao mesmo ano apresentarem resultados com uma diferença de 16,6% (O IDS e o Estudo de Base do PRONASAR). Assim, esta análise adoptou a média destes últimos estudos, realizados ambos em 2011 e chegou-se à uma média de 40,3% estimada como a média dos agregados familiares rurais que gastavam menos de 30 minutos para buscar água em 2011. Esta proporção ainda é muito baixa porque a meta era de alcançar-se os 90% em 2015. Para se alcançar a meta de 2015 seria necessário um crescimento médio anual de 13%, à partir dos níveis de 2011; Por isso, este indicador é considerado **não atingido**.

#### b) Acesso<sup>1</sup> a água rural

Definição: Percentagem da população rural com acesso a uma fonte melhorada de água dentro de um raio de 500 m
---

<sup>1</sup> O acesso deve ser interpretado como uso

Para o abastecimento de água rural, o acesso é definido como sendo a percentagem de pessoas que têm a sua disponibilidade uma fonte de água segura. Até 2012, este indicador era calculado assumindo que uma fonte abastecia 500 pessoas, de acordo com a Política de Águas (2007). Em Setembro de 2012 o Governo aprovou um novo critério de planificação que faz uma revisão em baixa do número de pessoas que podem ser servidas por uma fonte rural para 300.

Importa salientar que o acesso será sempre inferior à definição do serviço básico. Os valores mais aproximados (os de uso) só poderão ser obtidos por inquérito directo aos agregados familiares. Entretanto, do ponto de vista de provedor de serviços, parece ser imprescindível que o governo continue a mostrar a relação entre a planificação e a execução, utilizando o critérios de planificação, quer em termos percentuais quer em termos de pessoas alvo, para dar mais sentido aos seus planos e relatórios anuais.

Com base neste critério, das 24.679 fontes que estavam operacionais em 2014, estavam disponíveis para cerca de 7,4 milhões de pessoas<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 43% da população rural planificada para servir em 2014 que era de 13,5 milhões de pessoas. Um adicional de 1,55 milhões de pessoas é servido por sistemas de abastecimento de água (SAA) rurais, correspondendo a 9% de toda a população rural. Assim, um total de 8,95 milhões de pessoas residentes nas zonas rurais têm acesso aos serviços de água potável quer por meio de fontes dispersas, quer por meio de PSAA rurais, o que corresponde a uma taxa de acesso 52%. A meta do PQG para 2014 era de alcançar uma cobertura de 69% que corresponde a uma população de 11,8 milhões de pessoas servidas, de acordo com o crescimento real da população que se observou até 2014 contra os 16.5 que estavam previstos. Assim, houve um desvio real de cerca de 2,9 milhões de pessoas planificadas não servidas, (-17%). Portanto, o desempenho deste indicador é: **Não Atingido**.

**c) Uso de fontes e de instalações sanitárias melhoradas**

Definição:	% da população rural que usa fontes melhoradas de abastecimento de água; % da população que usa instalações sanitárias melhoradas
------------	--

As definições de uso estão patentes apenas na matriz do PARP. Este indicador mede o grau de uso das instalações melhoradas de água e saneamento rural existentes. É medido pela percentagem das pessoas que dispendo destas infraestruturas, faz o seu uso efectivo. De acordo com a Política de Águas, uma fonte de água rural segura pode ser um poço com manilhas, um furo ou poço com bomba manual, e uma ligação doméstica ou fontanários alimentados a partir de um sistema de água canalizada; enquanto a infraestrutura de saneamento segura comporta sistemas de eliminação de excreta com água corrente, latrina com despejo de água manual, a latrina VIP, a latrina melhorada com laje de cimento, a latrina tradicional melhorada e a latrina ecológica. A medição deste indicador é normalmente feita

<sup>2</sup> Uma fonte serve a 300 pessoas

por inquéritos ou estudos específicos. Os últimos estudos realizados neste âmbito ocorreram em 2011.

O IDS (2011) encontrou uma taxa de uso das fontes de água seguras nas zonas rurais de 38% em 2011 e o estudo de base do PRONASAR calculou esta cifra em 45%. Uma média de 41.5% infere-se destes dados. Extrapolando os dados em função das tendências anteriores, chega-se a uma taxa estimada de 52% em 2014. A meta do PARP para 2014 era de 58%, com esta estimativa que deve carecer de confirmação por estudos específicos, conclui-se que a meta do PARP não foi alcançada por uma diferença de 4%. Portanto, este indicador **não foi atingido, mas com progresso**.

A meta do PARP para a população que usa instalações sanitárias melhoradas era de 45% em 2014. Os resultados do estudo de base do PRONASAR e o IDS, ambos de 2011, são consistentes neste indicador, pois apresentam valores de 12,4% e 12,3% (excluindo infra-estruturas partilhadas), respectivamente, para a utilização de instalações sanitárias melhoradas, só para uso de agregado familiar. Mesmo incluindo as latrinas partilhadas do IDS, a taxa de uso sobe para pouco menos que 15%. Com base nos dados de 2011 e tendências anteriores, a taxa de uso das instalações sanitárias nas zonas rurais é estimada em 15,3% em 2014; portanto, teve como desempenho, **não atingido** relativamente a meta que tinha sido estabelecida para o PARP.

Para reverter esta situação recomenda-se melhorias nos programas de promoção de modo a que resultem na melhoria da qualidade das latrinas construídas (construções de latrinas com padrão abaixo do aceitável continuam muito altas (67% de todas as latrinas construídas em 2014) e na aceitação delas por parte das comunidades. Para complementar a componente de promoção é necessário também desenvolver mais esforços no desenvolvimento de capacidade local de construção de latrinas de padrão aceitável.

#### d) Operacionalidade das fontes dispersas

Definição:	% das fontes de água dispersas existentes em funcionamento
------------	--

Fontes operacionais são definidas como aquelas que efectivamente estão a servir as populações. A meta para este indicador é o alcance da taxa de 95% em 2015. A operacionalidade das fontes só pode ser determinada com rigor a partir de um estudo específico. O último estudo deste género, foi o estudo de base do PRONASAR, que encontrou uma taxa de operacionalidade de 83% em 2011. Assim, os valores reportados para 2014 são resultados de cálculos que tomaram como base os dados de 2011 e as realizações de até a data e os resultados apontam para uma taxa de 91.5%. Esta cifra cresceu mais de 10% de 2013 para 2014, o que pode indicar que a meta de 95% poderá ser alcançada em 2015 uma vez que antevê-se pouco esforço de reabilitações uma vez que a proporção de fontes inoperacionais é baixa. Neste contexto, este indicador foi **atingido**.

Porém, taxas de operacionalidade de fontes dispersas a este nível necessitam de um esforço conjugado quer do ponto de vista de sensibilização das comunidades para a conservação das

infraestruturas, quer em termos de desenvolvimentos de mecanismos para garantir a disponibilização de peças de substituição e desenvolvimento da capacidade local de realização de manutenções.

e) **Infraestruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas**

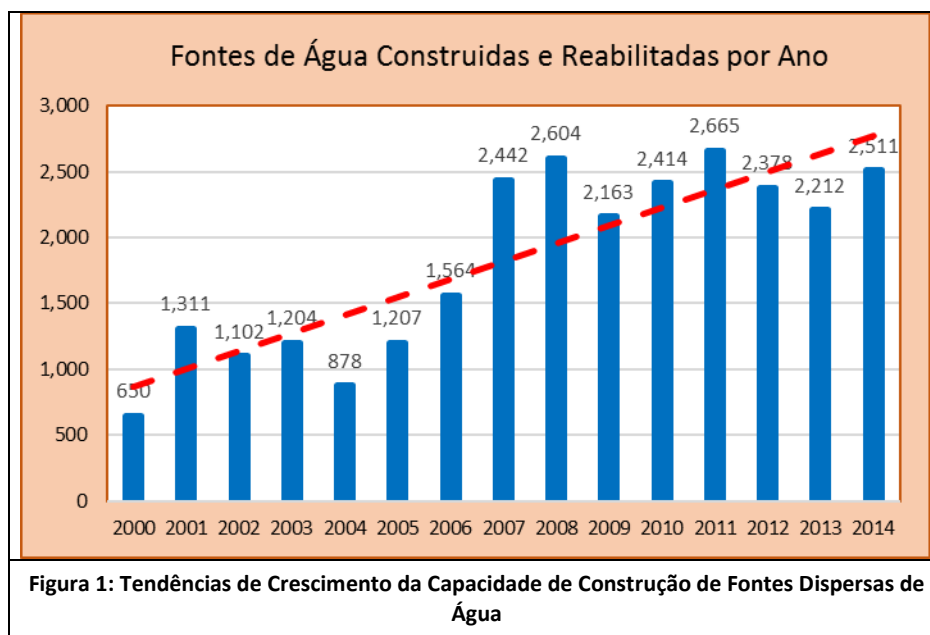
<b>Definição:</b>	Número de fontes novas e reabilitadas por ano; Número de PSAA rurais novos e reabilitados por ano; Número de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano; Número de latrinas melhoradas construídas por ano; Número de latrinas tradicionais construídas por ano; Número de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano; Número de aldeias livres de fecalismo a céu aberto certificadas por ano
-------------------	---

Este indicador avalia as realizações feitas no âmbito da implementação do PES de cada ano, por isso, é feito ao fecho do ano, 31 de Dezembro de cada ano e contabiliza as infraestruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas em cada ano, comparando-as com as metas físicas estabelecidas. Faz a avaliação do progresso das construções e reabilitações de fontes dispersas - poços/furos, sistemas de abastecimento de água rurais - SAA, latrinas melhoradas - LM, latrinas tradicionais melhoradas - LTM e latrinas tradicionais - LT.

No PES 2014 tinham sido planificadas 2,014 fontes de água dispersas (1.269 novas construções e 745 reabilitações) e foram realizadas um total de 2.511 fontes (1,568 novas e 943 reabilitações). Esta realização corresponde a um grau de execução de 125% do planificado no PES-2014. Este nível de execução supera também as realizações observadas nos dois (2) anos anteriores (2013 e 2012) e apenas situa-se abaixo dos máximos recordes observados em 2007 e em 2011 onde foram alcançados níveis de execução superiores a 2.600 fontes. Portanto, o desempenho deste indicador é **atingido**.

Quase todas as Províncias superaram as suas metas agregadas (Construções + Reabilitações), excepto Niassa e Gaza com menos 6 e 121 fontes que as planificadas, respectivamente. O maior grau de realização observou-se nas Províncias da Zambézia (163%), Tete (193%), Inhambane (200%) e Sofala (415%). Zambézia e Sofala estão a registar realizações muito acima do planificado pelo segundo (2º) ano consecutivo.

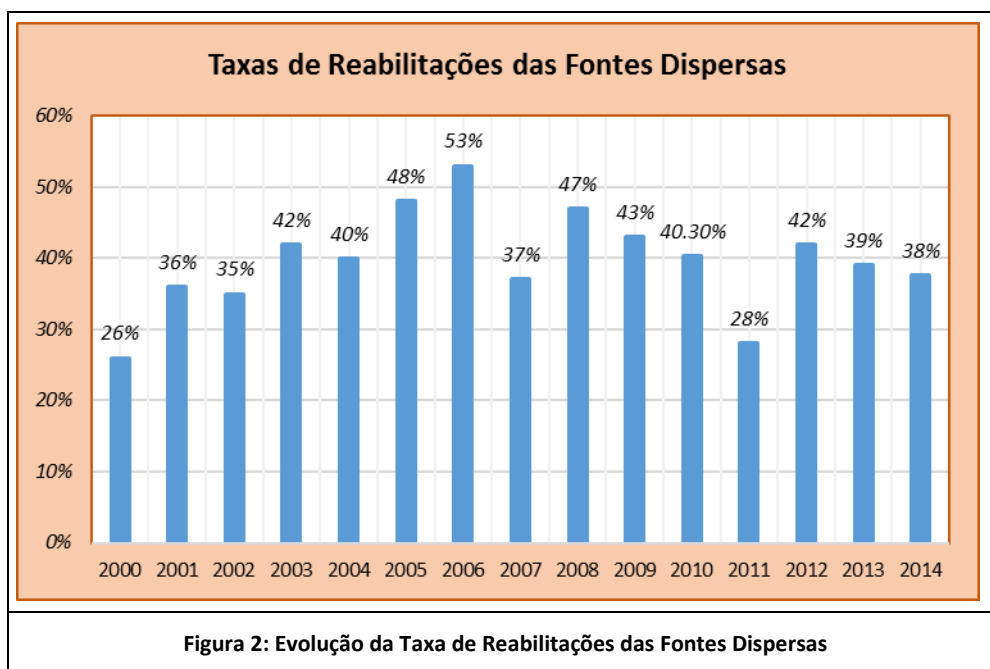
Durante o quinquénio, a média anual de construções/reabilitações de fontes dispersas situou-se nas 2.436 fontes, um valor muito acima da barreira das 1.379 fontes definida no Plano Estratégico de Águas e Saneamento Rural (PESA-ASR 2006-2015). O sector superou em média as suas planificações anuais, foram construídas/reabilitadas no quinquénio 12.180 contra as 10.115 fontes planificadas no mesmo período. Porém, para alcançar a meta do PQG era necessário que a média anual de construções/reabilitações se situasse nas 4.350 fontes anuais, ou seja uma média de mais 79% do que se produziu anualmente neste quinquénio.



Apesar da operacionalidade das fontes dispersas ter melhorado para 91.5%, esta deveu-se em certa medida a um esforço significativo da recuperação de fontes avariadas observada nos últimos três anos, 2012 (42%), 2013 (39%) e 2014 (38%). A taxa de reabilitações de 38%, situa-se apenas a 1% abaixo da taxa de 2013 é claramente um desempenho insuficiente para este indicador. Porém, o nível de operacionalização de fontes alcançado de 91.5% atenua diminuição significativa de taxas de reabilitações a partir de 2015.

Porém, deve ainda ser realizado um grande esforço de conservação e manutenção de fontes para evitar que uma provável melhoria deste indicador em 2015 seja depois sucedida por um recuo em 2016, como aconteceu em 2010 quando o nível de operacionalidade de fontes alcançou a cifra de 88% e a taxa de reabilitações situou-se em 28% no ano seguinte, para depois observar-se um recuo para 40% e 39% de reabilitações em 2011 e 2012, respectivamente.

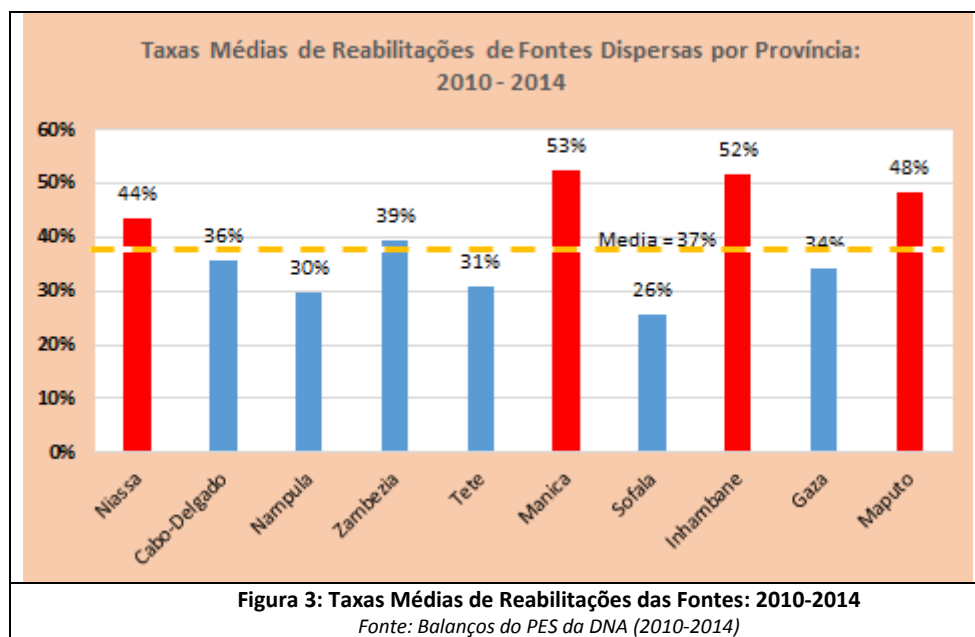
A Figura 2 mostra que a taxa de reabilitações tem estado a reduzir nos últimos 3 anos, mas não a um ritmo desejável.



No quinquénio 2010-2014, a taxa média de reabilitações situou-se nos 37%, tendo a máxima tendo sido observada em 2012 (42%) e a mínima em 2011 (28%). Como pode-se observar na Figura 3, abaixo, as taxas médias de reabilitações mais elevadas observaram-se nas seguintes Províncias: Niassa (44%), Manica (53%), Inhambane (52%) e Maputo (48%), onde constata-se que praticamente metade da atenção foi direcionada para manutenções. Esta pode ser uma indicação de partida para a identificação de zonas onde apoios pré e pós-construção são mais necessários.

**Quadro 1: Esforço Financeiro Direccionado as Reabilitações de Fontes de Água**

Apesar de as taxas de reabilitações de fontes dispersas ainda situarem-se acima dos níveis de referência (35%), uma análise dos custos médios de reabilitações no último quinquénio mostra que os custos das mesmas são na ordem de 82,000.00 MT por reabilitação, o que corresponde a cerca de 20% do valor de construção da fonte. Portanto, durante o quinquénio 2010-2014, apenas 10.5% do esforço financeiro anual nas fontes dispersas foi consumido pelas reabilitações. Este valor é equivalente ao custo de substituição de uma bomba manual



Quanto aos **sistemas rurais de abastecimento de água (PSAA)**, foi planeada a construção/reabilitação de 10 PSAA e foram construídos/reabilitados 30 PSAA, o que corresponde a um grau de realização de 300%. Portanto, este indicador foi **atingido**.

Porém, este desempenho é resultado de obras feitas fora do âmbito do PES (27 PSAA) e matêm uma tendência decrescente desde o pico observado em 2010, nomeadamente 2010 (52), 2011 (41), 2012 (35), 2013 (33) e 2014 (30).

O desempenho observado na construção/reabilitação dos PSAA rurais nos últimos 5 anos apresenta seguinte padrão:

- Apenas 48% dos sistemas planeados no PES é foram executados;
- A maior parte, 70% das realizações foi feita por projectos não inscritos no PES;
- Em média, acada sistema intervencionado serviu um adicional de 2.387 pessoas

Este padrão aponta para três (3) aspectos de planificação que devem merecer uma atenção especial: (i) a planificação não tem sido abrangente; (ii) o cumprimento do que tem sido planeado no PES, tem sido muito baixo; e (iii) é necessário aumentar as realizações em número nesta componente para poder aumentar significativamente a sua contribuição para a cobertura da água rural.

Estes aspectos são de grande importância na medida em que a contribuição os SAA rurais para a cobertura dos serviços ainda é muito baixa, como se pode ver no Quadro 2, que apresenta os resultados de levantamentos de dados nos sistemas rurais sob responsabilidade da AIAS realizado nas Províncias de Cabo-Delgado e Nampula.



### Quadro 2: Situação do Abastecimento de Água nas Vilas Rurais da AIAS das Províncias de Cabo-Delgado e Nampula

#### 1. Cabo-Delgado

Na província de Cabo-Delgado existem 10 vilas rurais com SAA transferidos para AIAS pelo Diploma Ministerial 237/2010. Destas, 3 sistemas encontra-se completamente paralisados (Balama, Mecufi e namuno) e nos restantes a cobertura máxima é de 25%, excepto Metuge que é servida pelo da cidade de Pemba. A cobertura média dos sistemas rurais da AIAS na província de Cabo-Delgado situa-se nos 14% e a contribuição das fontes dispersas nestas vilas é de apenas 7%; portanto, no global ainda muito baixa.

#### 2. Nampula

A província de Nampula tem 7 vilas classificadas como rurais sob responsabilidade da AIAS. 5 Destas vilas têm sistemas completamente paralisados (Rapale, Mecuburi, Memba, Liupo e Muecate). As duas vilas com sistemas operacionais têm coberturas praticamente insignificantes, Nacarôa (2%) e Lalaua (3%). Das 250,000 habitantes das vilas rurais nesta província apenas 2,500 (1%) tem acesso a água por PSAA e 11,000 (4%) abastecem-se por fontes dispersas.

Os dados de Cabo-Delgado e Nampula indicam que a cobertura dos SAA rurais ainda é baixa. A média anual estimada para os 62 sistemas rurais sob responsabilidade da AIAS é de 13%.

**Fonte:** Levantamentos AIAS & WSP (2013)

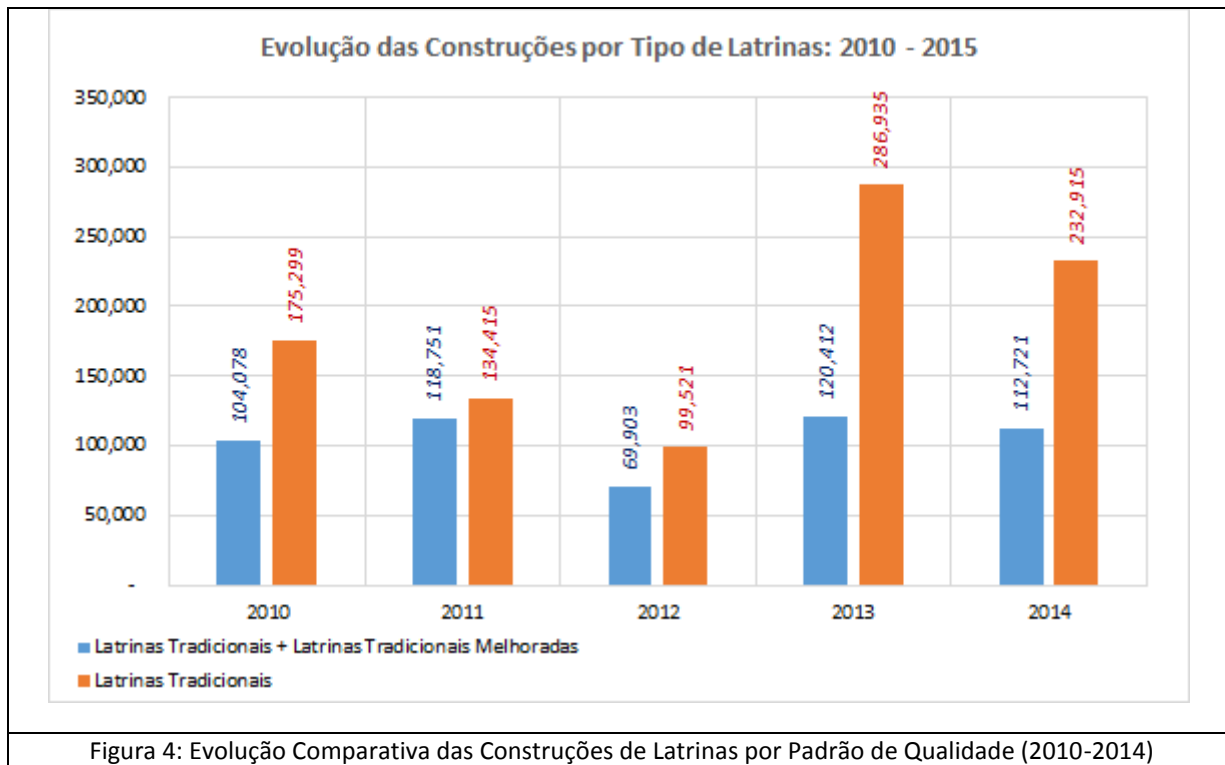
Na componente de **saneamento rural** estava programada no PES a promoção da construção de 51.100 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, tendo sido contruídas 114.721 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, o que corresponde a um grau de execução de 225% do planificado, indicador **atingido**.

Apesar de a execução ter superado o planificado em mais de 200%, construíram-se menos 7.691 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas em 2014, comparativamente ao ano anterior (2013) e em termos de população servida, menos 5%. Por outro lado, o ano de 2014 observou também a continuação da construção de um grande número de latrinas tradicionais (sem qualidade suficiente para serem contabilizadas no cálculo da cobertura), em número de 232.915 unidades, o equivalente a 67% de toda construção feita. Este foi também o padrão observado em todo o quinquênio uma vez que as médias apontam que 64% das latrinas contruídas durante o quinquênio em reporte são latrinas tradicionais (LT). Como pode-se observar na figura 4, a construção de padrão abaixo do mínimo aceitável foi sistematicamente superior a das latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas e com uma tendência de agravamento nos últimos 2 anos.

Para inverter esta tendência no próximo quinquênio será necessário mobilizar mais as comunidades rurais para adoptarem construções de padrão mais elevado e também desenvolver capacidades locais de execução de construções com padrão superior.

Quanto ao desempenho por Províncias, os respectivos planos foram cumpridos e superados excepto em 3 Províncias, nomeadamente Inhambane (19%), Nampula (60%) e Gaza (65%). O

não alcance das metas nas 3 províncias deveu-se a atrasos verificados nos processos de “procurement” de contratação de serviços de Participação e Educação Comunitária (PEC). O balanço das execuções do quinquénio mostra que em média todas as Províncias cumpriram ou superaram com os seus compromissos anuais Provinciais (PES), excepto a Província de Gaza que teve uma taxa de realização média de 27%.



Ainda em 2014 foram declaradas como Livres de Fecalismo a Céu Aberto (LIFECA) mais 841 comunidades, o que corresponde 196% da cifra alcançada no ano anterior e mantém a tendência crescente que se observou durante todo o quinquénio, como se pode observar na Figura 5.

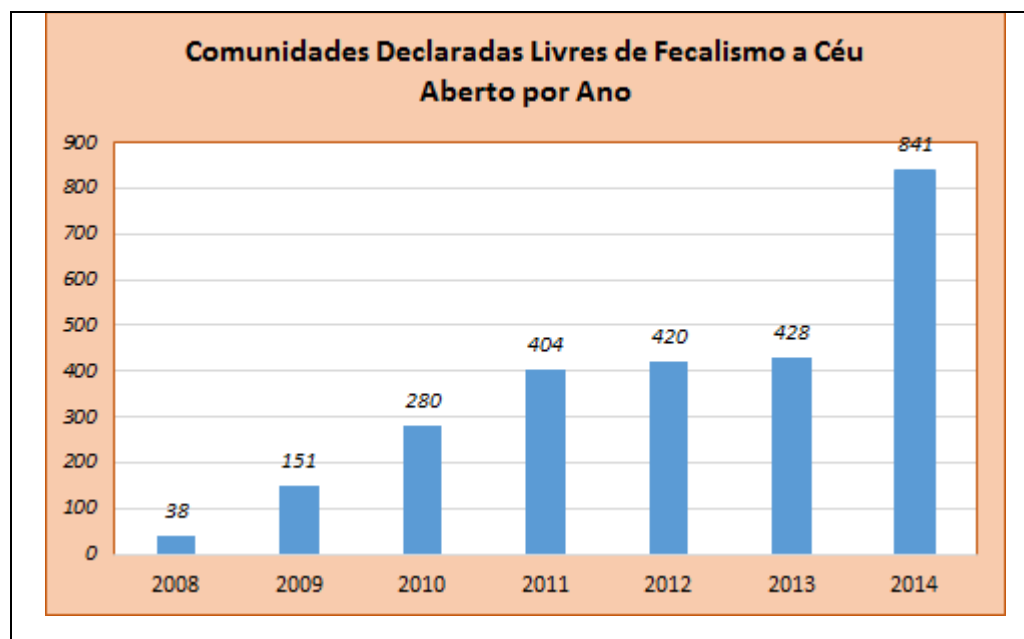


Figura 5: Comunidades Declaradas LIFECA por Ano

Entretanto, o desempenho por Províncias apresenta desequilíbrios, por exemplo Maputo não teve qualquer comunidade LIFECA em 2014, Zambézia e Gaza tiveram 20 e 22 comunidades, respectivamente, enquanto algumas Províncias tiveram cifras acima de 100 comunidades: Manica (109), Sofala (140), Tete (185) e Inhambane (252). Ao longo do quinquénio 2010-2014 as diferenças entre as Províncias foram muito mais acentuadas, como se pode ver na Figura 6 (que avalia o período 2011-2014, derivado da falta de dados de distribuição por Província para o ano 2010), onde pode se constatar que Niassa teve um desempenho insignificante, apenas 9 comunidades LIFECA em 4 anos, enquanto outras Províncias declararam acima de 300 comunidade neste período: Nampula (310), Inhambane (318), Manica (317) e Sofala (370).

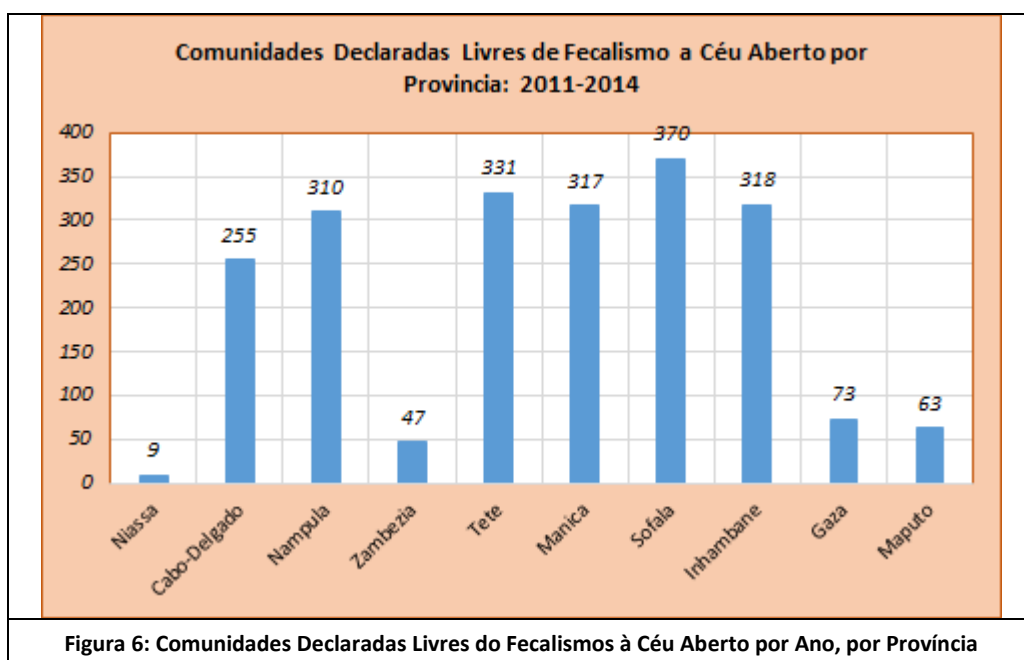


Figura 6: Comunidades Declaradas Livres do Fecalismos à Céu Aberto por Ano, por Província

Este indicador, sendo contabilizado por aldeias que não coincidem com as unidades administrativas oficiais do Estado Moçambicano não permite fazer uma análise adicional em termos de progressos por exemplo de erradicação do fekalismo à céu aberto por Distrito ou por Província. Com esta metodologia, não é possível entender se o fraco desempenho do Niassa deve-se a ausência do fekalismo a céu aberto na Província ou ao insucesso da promoção e implementação dos programas de Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene. Assim, recomenda-se o seguinte:

- A declaração de LIFECA seja feita por Localidade ou por Posto Administrativo; e
- Seja avaliada regularmente a situação por limite geográfico das divisões administrativas, por exemplo, prevalência de fekalismo ao céu aberto por Localidade, Posto Administrativo, Distrito ou por Província

**f) Sustentabilidade**

Definição:	Número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda e com assistência as comunidades por ano
------------	---

Este indicador não tinha metas específicas para 2014, entretanto foram estabelecidos 70 postos de vendas de peças sobressalentes em 27 distritos das Províncias de Zambézia (13), Sofala (11) e Maputo (3). Os 27 Distritos abrangidos em 2014 constituem menos 18 Distritos comparados com o pico de 49 Distritos abrangidos em 2013. Porém, apesar de esta realização ser negativa por não ter alcançado a realização do ano anterior, ela está exactamente na média observada no quinquénio.

As outras realizações feitas no âmbito da sustentabilidade em 2014 incluem: o estabelecimento de 1.479 comités de água e saneamento com destaque para Zambézia (412) e Nampula (222); revitalização de 1.665 comité de água e saneamento com destaque para Inhambane (548), Zambézia (224) e Sofala (128); treinamento de 311 mecânicos e artesãos locais com destaque para Zambézia (137) e Cabo-Delgado (97); manutenção de rotina de 151 fontes; capacitação de 49 técnicos em noções de abastecimento de água em Cabo-Delgado (20), Sofala (16) e Tete (13); capacitação 16 em matérias de Participação e Educação Comunitária (PEC) na Província de Cabo-Delgado e formação/reciclagem de 130 activistas em matérias de água e saneamento.

O indicador em sí de sustentabilidade deverá ser reformulado, uma vez que a sustentabilidade de uma fonte não depende apenas da disponibilidade de peças de substituições e para manutenções.

**g) Investimento**

Definição:	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar;
	Rácio da redução das actividades AASR fora do plano/fora do orçamento no PES;
	Percentagem do fluxo da ajuda ao sub-sector de AASR reportados no relatório de execução orçamental;
	Percentagem de ajuda ao subsector de AASR que usa o sistema de procurement público

Em termos práticos o Sector de Águas teve em 2014 um avanço significativo em termos de aumento proporcional da contribuição interna no orçamento. Apesar de a dotação actualizada do orçamento ter tido o peso de 30% para recursos internos e 70% para recursos externos, os valores executados alteraram estes pesos para 52% para a componente interna e 48% para a componente externa.

O Governo alocou mais 87% de recursos financeiros ao orçamento do Sector de Água em 2014 comparativamente a 2013 e o valor global dos recursos alocados ao sector (incluindo a componente externa) foi 20% superior ao valor alocado em 2013. Entretanto, o valor global executado em 2014 registou uma redução de 3%, devido a fraca execução observada nos fundos externos e esta redução foi efectivamente na componente de investimentos.

O Orçamento Total do Sector de Águas em 2014 teve a dotação actualizada de **6.245.994,73 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. Este valor inclui tanto os fundos internos externos que foram inscritos nos PES. A taxa de realização global deste orçamento foi de 55%.

Foi positivo que se tenha observado um aumento dos fundos internos disponíveis para o alcance das metas ODMs, mas negativo que a componente externa tenha registado uma redução significativa. Importa realçar que não foi possível captar a percentagem da ajuda fora do PES.

## **h) Género e equidade**

Definição:	% de comités de água com mulheres na posição de chefia % de agregados familiares e áreas pobres com acesso a água e ao saneamento % de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre
------------	--

Este indicador também não tinha metas específicas para 2014 e não há dados disponíveis para a sua avaliação, uma vez que pela sua natureza só podem ser obtidos por estudos específicos que não ocorreram em 2014.

Tem havido uma tentativa apenas de identificar nas acções de água e saneamento rural, a discriminação dos impactos por género. Em 2014, as fontes dispersas construídas e reabilitadas beneficiaram 652.856 mulheres e 602.640 homens, os sistemas de abastecimento de água rurais beneficiaram 35.141 mulheres e 26.083 homens, enquanto as latrinas construídas nas zonas rurais beneficiaram 300.755 mulheres e 272.850 homens. Portanto, as infraestruturas beneficiaram mais as mulheres numa taxa igual ou superior a 52%.

### **2.2.2 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento urbano**

Este grupo tem 6 indicadores com 19 definições que incluem aspectos ligados a infra-estruturas, níveis de serviços e impactos na saúde. A principal fonte de dados para a avaliação do desempenho deste subsector são os relatórios anuais do Conselho de Regulação de Águas (CRA) ao Governo, que apresentam dados com um detalhe suficiente para o efeito; porém, com um ano de atraso comparativamente ao RADS. A partir de 2013 o CRA iniciou com o processo de gradual de avaliação de desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água (com a inclusão do sistema da Ilha de Moçambique) e espera-se que o número de sistemas avaliados e consequentemente com informação disponível cresça gradualmente nos próximos anos.

Assim, estas lacunas são minimizadas através das seguintes medidas: (i) actualização dos dados do CRA com recurso aos dados reportados no balanço do PES pelo FIPAG e pela DNA, no ano respectivo; (ii) extrapolação de dados onde é possível e assumindo que os sistemas reportados pelo CRA representam o universo urbano, uma vez que os sistemas secundários estão sendo gradualmente integrados.

Entretanto, a componente de saneamento ainda continuava atrasada uma vez que o CRA ainda não iniciou com a regulação efectiva deste serviço e conseqüentemente, os dados do desempenho dos serviços ainda não começaram a ser produzidos na mesma plataforma do regulador.

a) **Incidência de doenças de origem hídrica nos centros urbanos**

**Definição:** Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período

A recolha dos dados relativos a este indicador iniciou apenas em 2013, estando disponíveis apenas dados de 2013 e 2014, sendo assim difícil fazer-se uma análise comparativa objectiva da evolução deste indicador no quinquénio. Por outro lado, os dados disponíveis são por Províncias e não necessariamente dados relativos aos centros urbanos e são relativos a três doenças principais que têm ocorrido em Moçambique com grande frequência, sobretudo na época chuvosa, nomeadamente a malária, diarreias e a cólera<sup>3</sup>.

As Províncias que registaram doenças de origem hídrica ou relacionadas com o saneamento do meio nestes 2 anos foram Cabo-Delgado, Nampula e Tete. A doença mais prevalente foi a malária com mais de 1,2 milhões de casos em 2013 e pouco menos de 960 mil casos em 2014, seguida das doenças diarreicas com mais de 150.000 casos em 2013 e pouco menos de 90 mil casos em 2014 e a cólera que tem 1.302 casos reportados apenas em 2013. Como se pode observar na Tabela 5, a Província de Nampula teve mais casos registados de malária e diarreias, enquanto Cabo-Delgado teve mais casos de cólera (98%).

**Tabela 5: Ocorrências de Doenças de origem hídricas em três Províncias**

Província	Ano		Total por Província
	2013	2014	
<b>Cabo Delgado</b>			
Malária	499,652	0	499,652
Diarreias	41,978	0	41,978
Cólera	1,277	0	1,277
<b>Nampula</b>			
Malária	722,459	959,862	1,682,321
Diarreias	108,340	89,839	198,179
Cólera	0	0	0
<b>Tete</b>			
Malária	0	0	0
Diarreias	0	0	0
Cólera	25	0	25
<b>Total Malária</b>	<b>1,222,111</b>	<b>959,862</b>	<b>2,181,973</b>
<b>Total de Diarreias</b>	<b>150,318</b>	<b>89,839</b>	<b>240,157</b>
<b>Total de Cólera</b>	<b>1,302</b>	<b>0</b>	<b>1,302</b>

<sup>3</sup> A cólera aparece destacada pelo grau de mortalidade associado

Os dados apresentados na Tabela 5 são os primeiros a serem reportados nesta matéria. Acredita-se portanto, que possam haver algumas omissões tanto nas Províncias que reportaram, como nas outras Províncias que não reportaram, esperando-se melhorias significativas nos próximos anos. A título de exemplo, o projecto GoTAS realizou um levantamento em três Distritos da Província do Niassa onde foram reportadas casos de doenças de origem hídricas que não constam dos relatórios anuais do respectivo sector, como se pode ver no Quadro 3, abaixo.

**Quadro 3: Situação da Ocorrência de Doenças de Origem Hídricas em 3 Distritos da Província do Niassa**

Do levantamento realizado entre Agosto e Setembro de 2014 pelo projecto “Governança Transparente para Água, Saneamento e Saúde (GoTAS)” implementado pelo Governo da Província do Niassa, com apoio financeiro da Cooperação Suiça para o Desenvolvimento (SDC) e apoio técnico do consórcio SNV/Concern Universal encontrou os seguintes casos de doenças de Janeiro a Setembro de 2014:

**Malária - 71.390 casos**, com a seguinte distribuição: Chimbolnila (35.300), Lago (28.935) e Sanga (7.155).

**Diarreias - 12.716 casos**, com a seguinte distribuição: Chimbolnila (5.628), Lago (6.780) e Sanga (2.308).

**Disenteria - 2.398 casos**, com a seguinte distribuição: Chimbolnila (275), Lago (1.673) e Sanga (450).

Fonte: GoTAS 2014

**b) Uso de fontes de água e serviços de saneamento**

Definição:	% de pessoas que consomem normalmente água de fonte segura (água canalizada)
	% de pessoas que usam normalmente infraestruturas de saneamento seguras

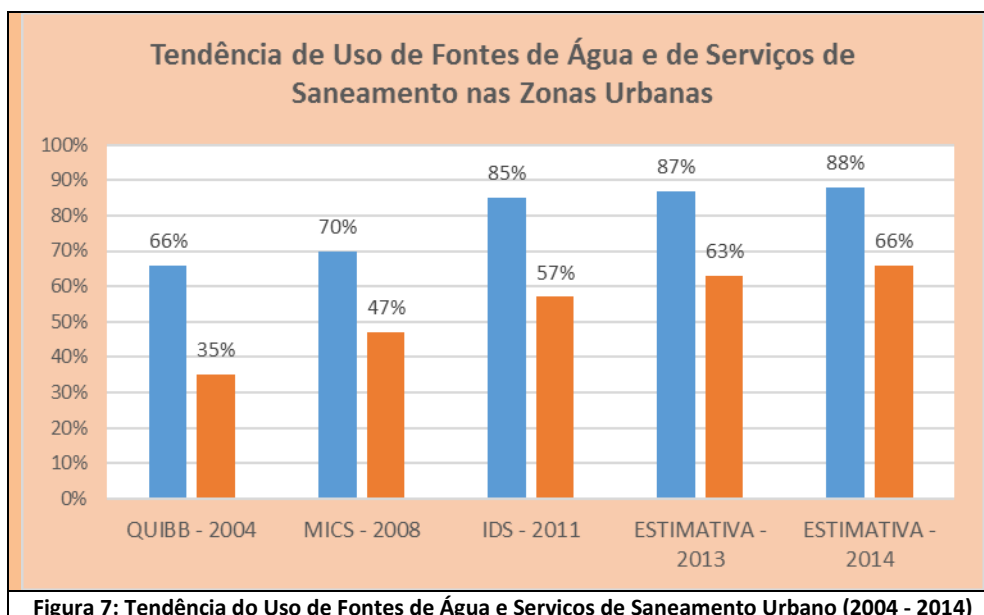
Este indicador mede o grau de uso das infra-estruturas de água e de saneamento urbanos pelo inquérito directo aos agregados familiares.

Na ausência de estudos específicos opta-se pela extrapolação dos dados dos estudos disponíveis, que são o QUIBB (2004) que encontrou as seguintes taxas de uso: água urbana 66% em 2004 e 70% em 2008 e saneamento 35% em 2004 e 47% em 2008. O estudo mais recente, o IDS (2011) estimou as taxas de uso em 85% (que incluía a revenda de água dos vizinhos, os POPs de Maputo e fontes dispersas nas zonas urbanas, que uma vez descontadas passaria para 72%) para o abastecimento de água e 48% para o saneamento. Estrapolando-se os resultados destes estudos, estima-se uma taxa de crescimento do uso para água urbana de 1% e para o saneamento urbano de 2%.

Assim, projecta-se que em 2014 o abastecimento de água urbano alcançou uma cobertura de 79%, que além de parecer ser realística por manter a tendência de crescimento de 1%, cumpre e ultrapassa os objectivos do plano quinquenal do governo (2010-2014) em 9% o que significa que este indicador foi **atingido**. Para o saneamento urbano foi projectada uma taxa

de 55% em 2014 que apesar de ser um bom desempenho anual, o indicador **não foi atingido** tendo em conta a meta do PQG que era de 80%.

Nestas condições, as metas do PQG 2010-2014 de servir a 6,6 milhões de pessoas (70%) por abastecimento de água urbana foi devidamente alcançada e superada, enquanto no saneamento urbano, a meta de servir a 7,5 milhões de pessoas (80%) não foi alcançada.



### c) Infraestruturas construídas e reabilitadas

**Definição:** No. de ligações domiciliárias existentes e activas nos sistemas de abastecimento de água;  
 No. de fontanários existentes e activos nos sistemas de abastecimento de água;  
 No. de instalações de latrinas melhoradas construídas num determinado período;  
 No. de fossas sépticas construídas num determinado período;  
 No. de latrinas escolares construídas num determinado período;  
 No. de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período;  
 No. de ligações a redes de esgotos estabelecidas num determinado período;  
 Poços e furos com bombas manuais construídos e reabilitados;  
 No. de fontanários construídos e reabilitados durante um certo período;  
 No. de ligações para dentro de casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.

No final de 2014 existiam 478.703 ligações domiciliárias activas contra as 384,900 planificadas, o que significa uma realização de 124%. Esta realização encurta a distância para o alcance da meta dos ODM (2015) para uma realização de cerca de 21.200 novas ligações em 2015, o que é perfeitamente possível com o nível de progresso no estabelecimento de ligações, sobretudo nos sistemas secundários. Portanto, indicador **atingido**.

Quanto aos fontanários, 2.703 fontanários estavam activos em 2014 que corresponde a um crescimento de 8% relativamente a 2013 que foi impulsionado pelas construções de novos fontanários nos sistemas secundários, com destaque para Mocímboa da Praia (98) e Ilha de Moçambique (45). Portanto, indicador **atingido**.



Há que realçar que o aumento do número de fontanários activos deveu-se a projectos que foram concluídos em 2014, que incluíam no seu pacote a construção de fontanários. Porém, a dinâmica mostra que durante a operação dos sistemas há uma tendência de os consumidores migrarem para os níveis mais altos de serviços (torneiras no quintal e ligações domiciliárias), como foi constatado nos levantamentos realizados pelo WSP em 2011, 2012 e 2013, que mostraram que nas cidades de Maputo e Inhambane, a cobertura por fontanários decresceu para 3%.

Em 2014 foram construídas 22,991 latrinas melhoradas nas zonas urbanas contra as 18,410 que haviam sido planificadas, o que representa uma taxa de realização de 125% relativamente ao planificado no PES. Todas as províncias cumpriram e superaram com as suas metas para o PES-2014, excepto três (3), nomeadamente Niassa (47%), Sofala (60%) e Tete (82%). Apesar de algumas províncias não terem alcançado as metas (sobretudo Niassa que não cumpre com as suas metas pelo segundo ano consecutivo), no global, a construção de latrinas nas zonas sub-urbanas teve um progresso positivo. No global, o indicador foi **atingido**.

Tabela 6: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província

Província	Planificado	Realizado
Maputo-Cidade	2,500	4,800
Maputo-Provincia	100	110
Gaza	300	815
Inhambane	2,200	3,340
Sofala	1,500	900
Manica	300	2,049
Tete	7,500	6,119
Zambezia	100	392
Nampula	600	1,602
Cabo-Delgado	750	1,650
Niassa	2,560	1,214
<b>Totais</b>	<b>18,410</b>	<b>22,991</b>

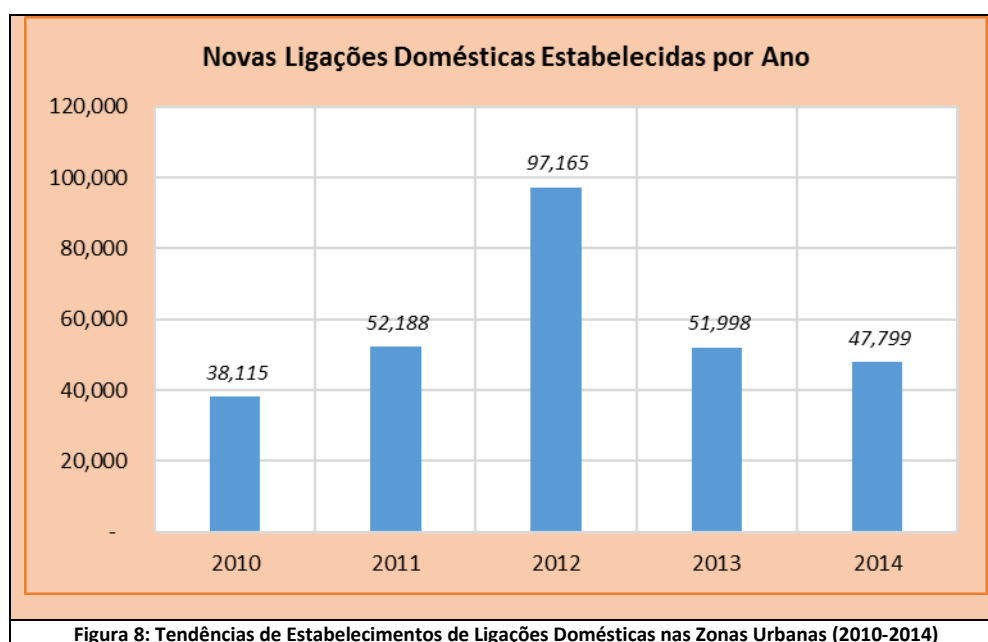
Para as **fossas sépticas**, não tem havido metas anuais específicas para a sua construção. Entretanto, em 2014 foram construídas nas zonas urbanas 12.084 novas fossas sépticas o que corresponde a um progresso positivo uma vez que equivale a mais de 300% do realizado em 2013. Este indicador tem estado a evoluir positivamente desde que começou a ser medido em 2011, mas este crescimento pode estar a ser influenciado parcialmente pela melhoria na capacidade de recolha de dados das realizações feitas nos centros urbanos.

Os dados relativos ao desempenho das **latrinas em escolas e latrinas sanitários públicos** continuam escassos. Têm sido reportadas as construções de latrinas escolares, nomeadamente

2011 (35), 2013 (362) e 2014 (52), o que é um progresso muito baixo comparado com o ano anterior (14%). Em 2014 foi também reportada a construção de 3 sanitários públicos. Estes progressos podem provavelmente significar uma deficiente capacidade de recolha de informação relativa as realizações no terreno e não o progresso real no terreno. Em 2014 foram também estabelecidas 77 ligações a redes de esgotos que é um desempenho modesto. A recolha de dados deste indicador foi consistente em 2010, 2011 e 2012; entretanto, não foi realizada em 2013 e em 2014 apresenta um número modesto, o que pode sugerir também desafios na recolha de dados.

Quanto as realizações nas infraestruturas de abastecimento de água, ainda não existe informação disponível relativa a construção e reabilitação de furos com bombas manuais nas áreas peri-urbanas. Quanto aos **fontanários**, em 2014 foram reabilitados 20 fontanários e construídos 174 novos fontanários contra os 140 planificados (realização de 124%). O desempenho deste indicador é: **atingido**, tendo em conta a tendência que se tem observado de os fontanários serem abandonados a favor das torneiras no quintal e ligações domiciliárias.

Em termos de ligações domiciliárias, foram estabelecidas 47,799 ligações domésticas contra as 46,368 planificadas, superando em 3% o planificado. Indicador **atingido**. Entretanto, este desempenho é superior apenas ao desempenho conseguido em 2010 e dá indicações de uma tendência decrescente desde o pico observado em 2012, como se pode ver na figura 9. Esta tendência pode ser uma indicação de estar-se a caminhar-se para o limite de estabelecimento de novas ligações nos sistemas principais com as infraestruturas de produção da água existentes, uma vez que a taxa de estabelecimento de ligações nos sistemas secundários onde tem havido investimentos nas infraestruturas nos últimos anos, é baixa devido ao número de potenciais consumidores por sistema.



d) **Eficiência**

Definição:	Perdas físicas - % da água tratada e distribuída; Perdas comerciais - água não contabilizada; Continuidade do fornecimento - tempo médio de fornecimento de água aos consumidores Tratamento de lamas fecais - % de lamas fecais tratadas
------------	--

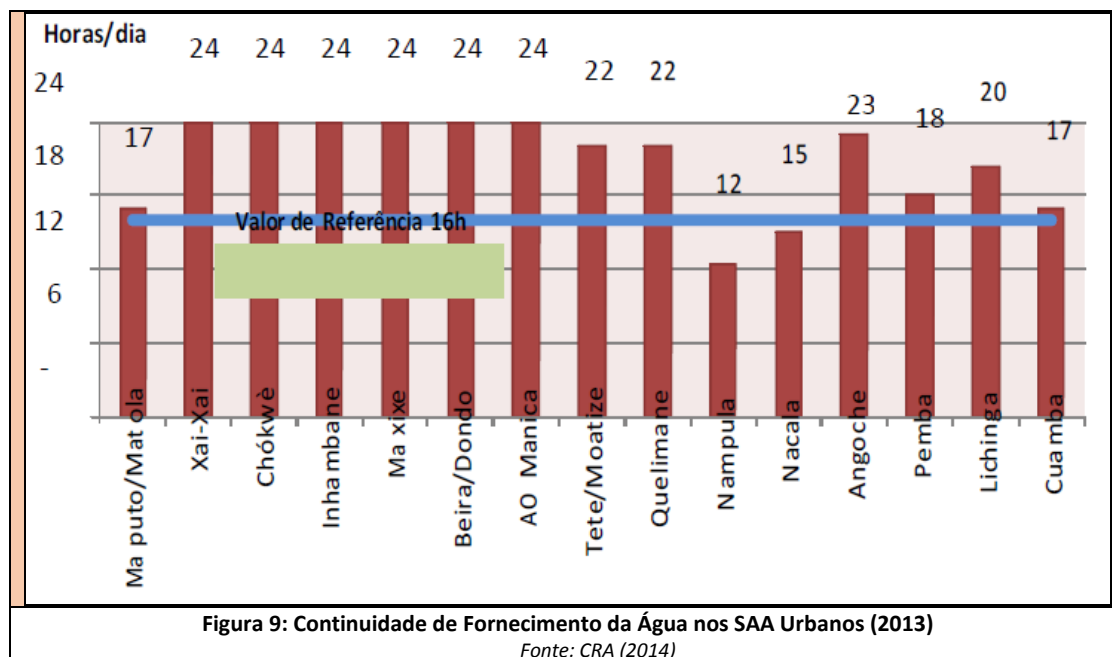
No quadro da gestão delegada para o abastecimento de água urbano, a eficiência dos sistemas de abastecimento de água é medida pelos três primeiros indicadores: a percentagem da água captada que se perde no processo de tratamento, transporte e distribuição (perdas físicas), a percentagem da água que tendo sido distribuída não é facturada e cobrada (perdas comerciais) e o número de horas em que os consumidores têm água disponível nas suas torneiras e com a pressão normal para o efeito.

Os dados reportados neste relatório são relativos ao ano de 2013, pelo facto de a fonte principal dos dados desta componente, o relatório do Conselho de Regulação de Águas ao Governo ser elaborado com um ano de atraso, comparativamente a avaliação do QAD. Neste relatório são reportados todos os sistemas principais, mais um (1) sistema secundário, Ilha de Moçambique.

Os valores corrigidos do Relatório ao Governo do CRA de 2013 indicam as seguintes tendências: **perdas físicas** - o alvo é de 35% e a maior parte dos sistemas reportados da gestão delegada já atingiram, exceptuando alguns que entretanto têm observado uma tendência positiva, nomeadamente: Maputo/Matola de 51% em 2012 para 46% em 2013 e Águas da região de Manica de 46% em 2012 para 34% em 2013. Cuamba é que regrediu de 25% em 2012 para 35% em 2013 e Angoche regrediu de 37% em 2012 para 48% em 2013. O único sistema secundário reportado apresenta taxa de perdas físicas muito elevadas (62,5%). Em média, as perdas físicas ainda situa-se acima do alvo, 39,2% devido ao peso do sistema de Maputo/Matola na média, indicador **não atingido**.

**Perdas comerciais** - a metas para as perdas comerciais estabelecida no âmbito do QGD é de 15% e em média as perdas comerciais estão dentro do limite (7%), apenas 3 sistemas observaram perdas comerciais superiores ao alvo em 2014, nomeadamente Angoche (15%), Nacala (17%) e Lichinga (33%), indicador **atingido**.

**Continuidade de fornecimento** - em média, em 2013 as populações urbanas tiveram um fornecimento médio de água de 19 horas por dia, valor que está acima do alvo que é de 16 horas por dia. Em termos individuais, quase todas as cidades reportadas estão acima deste alvo, com algumas a abastecerem 24 horas por dia (Xai-Xai, Chokwe, Inhambane, Maxixe, Beira/Dondo e AO Manica). As cidades que situaram-se abaixo do alvo são: Nampula (12), Ilha de Moçambique (12) e Nacala (15), indicador **atingido**.



D

e 2012 para 2013 houve uma melhoria significativa nos 3 parâmetros da qualidade dos serviços, sobretudo nas perdas comerciais onde no ano anterior 6 sistemas que estavam acima do valor alvo, apenas 3 sistemas ainda encontram-se nesta situação mas com tendências para uma evolução positiva.

Ainda não estão disponíveis dados relativos ao tratamento de lamas fecais por isso, não é possível avaliar o progresso deste indicador.

#### e) **Qualidade da Água**

**Definição:** % de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano

O indicador “Qualidade da Água” é definido como a percentagem de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano, do Ministério da Saúde, sendo 33 parâmetros mandatórios distribuídos em microbiológicos (3), físicos e organolépticos (7) e químicos (33). O CRA estabeleceu o limite mínimo de 11.

O alvo deste indicador é uma conformidade de 100%. Apenas o sistema de Maputo/Matola testou em 2013 os 33 parâmetros, seguido de Beira/Dondo com 26 parâmetros e os 4 sistemas do sul, com 24 parâmetros cada. Em média 69% das amostras controladas estavam conforme os padrões para o consumo humano e apenas 3 sistemas observaram 100% da conformidade das amostras, em muitos sistemas o nível de não conformidade é considerado preocupante, 8 deles tem uma conformidade abaixo dos 70% e o número de parâmetros analisados reduziu significativamente em muitos sistemas de 2012 para 2013. Por exemplo: Lichinga e Cuamba (de 24 para 8), Manica (de 25 para 11), Pemba (24 para 15) e Nacala (24 para 20). Portanto, este indicador **não** foi atingido.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

Tabela 7: Número de Amostras de Qualidade de Água Controladas por Sistema

Sistema	2012		2013	
	No de Parâmetros Controlados	Conformidade das Amostras	No de Parâmetros Controlados	Conformidade das Amostras
Maputo/Matola	33	92%	33	97%
Xai-Xai	11	100%	24	100%
Chokwe	11	100%	24	91%
Inhambane	11	100%	24	100%
Maxixe	11	98%	24	100%
Beira/Dondo	26	93%	26	62%
Quelimane	13	100%	15	54%
Tete/Moatize	18	100%	16	68%
AR Manica	25	100%	11	NR
Nampula	24	56%	20	52%
Pemba	24	100%	15	65%
Nacala	24	96%	20	77%
Angoche	24	92%	22	96%
Lichinga	24	100%	8	33%
Cuamba	24	50%	8	22%
Ilha de Moçambique	-	-	0	0%
Médias	21	92%	18	69%

Fonte: CRA (2014)

Um trabalho na área da qualidade da água é necessário para reverter a tendência de retrocesso que se verificou em 2013 comparativamente ao ano anterior. Os casos mais graves observaram-se em Lichinga e Cumba onde o número dos parâmetros de qualidade de água controlados baixou para valores abaixo do mínimo exigido pelo CRA (11 parâmetros). Este fraco desempenho na qualidade da água distribuída pode justificar a ocorrência de um número significativo de doenças diarreicas e cólera nas zonas urbanas em 2013 e em 2014. Esta é uma área que os operadores dos sistemas deverão melhorar nos próximos anos, uma vez que as atenções nesta altura deviam estar a ser direccionados para os sistemas secundários que estão a iniciar a operar em pleno.

### 2.2.3 Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos

O sector ainda não definiu as metas dos indicadores de recursos hídricos e a sua definição para o próximo quinquénio pelo menos para os quatro indicadores já propostos pelo SINAS, nomeadamente, o impacto dos eventos extremos sobre a população, níveis de armazenamento de água, estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas e indicador de infraestruturas construídas e reabilitadas.

- a) O país dispõe de uma capacidade de armazenamento total de 59.36 Mil Milhões de m<sup>3</sup>, nas 15 principais bacias, nomeadamente Umbeluzi, Maputo, Incomati, Limpopo, Save, Buzi, Pungue, Zambeze, Licungo, Ligonha, Melule, Monapo, Lúrio, Messalo e Rovuma (Tabela 8). Em 2014 ainda não foi possível ao Sector de Águas recolher e reportar dados relativos a volumes de armazenamento de água, assim a avaliação destes indicadores não será feita.

**Tabela 8: Capacidade e Nível Médio de Armazenamento das Principais Bacias**

Bacia	Capacidade de Armazenamento - 10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup>	Nível de Armazenamento médio em 2014 (10 <sup>6</sup> m <sup>3</sup> )
Umbeluzi	400	NR
Maputo	0.0	NR
Incomati	1.230	NR
Limpopo	2.844	NR
Save	0.0	NR
Buzi	1.821	NR
Pungwe	60.0	NR
Zambeze	53.000	NR
Licungo	0.0	NR
Ligonha	0.0	NR
Melule	0.0	NR
Monapo	4.0	NR
Lúrio	3.0	NR
Messalo	0.0	NR
Rovuma	0.0	NR

Fonte: Inguane et al (2014)

## b) População afectada por eventos extremos

**Definição:** Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período

Considera-se população afectada por eventos extremos no contexto do Sector de Águas, aquela que experimenta num determinado ano os impactos negativos das cheias ou da seca. Muito pela sua localização geográfica, a jusante de muitos rios internacionais e algumas zonas em áreas semi-áridas, Moçambique é vulnerável tanto as cheias como a secas, tendo as poires desde 1977 sido observadas em 2000 com 3,0 milhões de afectados.

Não estão disponíveis dados relativos ao número de pessoas afectadas pelas secas e cheias em 2014. Os únicos dados disponíveis para o quinquénio em avaliação são relativos à avaliação da situação hidrológica e hidráulica das cheias em Moçambique no período 1977-2013 elaborado pelo consórcio Consultec/Solomon que aponta para 350 mil pessoas afectadas pelas cheias em 2013.

## c) Estações hidroclimatológicas

**Definição:** Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano

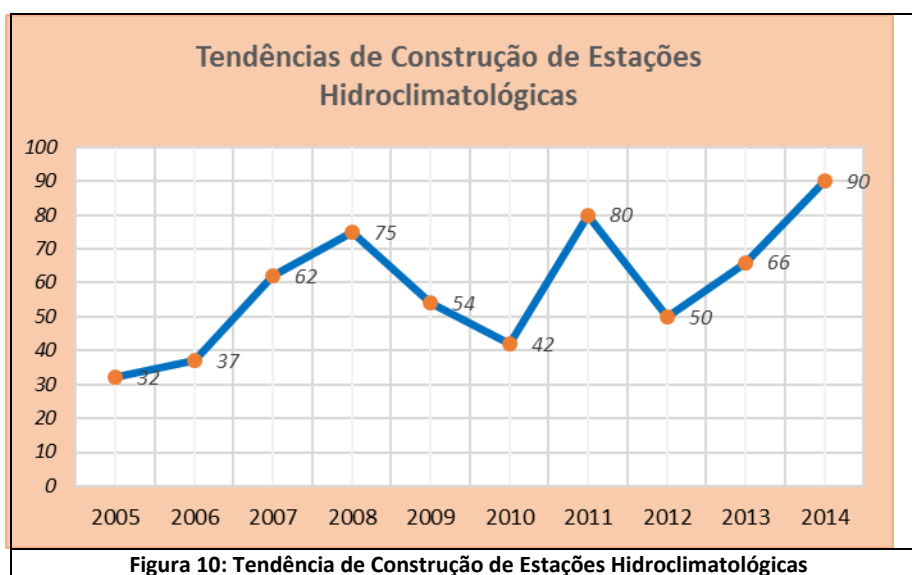
As estações hidroclimatológicas são todo o conjunto constituído pelos instrumentos de medição dos parâmetros com influência no comportamento dos recursos hídricos,

nomeadamente, escoamento dos rios, precipitação, evapotranspiração, temperatura, sentidos dos ventos, entre outros. As estações hidroclimatológicas podem ser manuais ou telemétricas (automatizadas).

Para 2014 foi planificada no PES a construção/reabilitação de 45 estações hidroclimatológicas manuais. Foram construídas 62 manuais e 28 telemétricas. Das 45 estações planificadas no âmbito do PES, foram construídas 54 e ainda foram realizadas fora do PES 17 estações convencionais e 28 telemétricas. No global o grau de realizações foi de 200%, com a particularidade de que todas as estações planificadas no âmbito do PES foram construídas/reabilitadas. Este indicador for portanto **atingido**.

Este é um desempenho positivo deste indicador, do ponto de vista de cumprimento do PES-2014 e também de um crescimento de mais de 60% comparativamente as realizações de 2013.

No global, o sector construiu 328 estações hidroclimatológicas no quinquénio passado entre estações convencionais e telemétricas, tendo os melhores anos sido 2011 com 80 e 2014 com 90 estações, como se pode ver na figura 12. Entretanto a meta das 666 estações que havia sido planificada para 2015 muito provavelmente não será cumprida.



#### d) Infraestruturas de retenção construídas e reabilitadas

Definição: Número de barragens grandes em construção concluídas por ano;  
Número de barragens médias construídas por ano;  
Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano; e  
Número de represas construídas e reabilitadas por ano.

Estes indicadores também não têm metas de longo prazo estabelecidas. No PES 2014 foram programadas as construções parciais de 2 barragens, nomeadamente Gorongosa (30%) e Moamba Major (5%), as realizações, superaram o planificado nas duas obras: Gorongosa

(50%) e Moamba Major (10%). Portanto, este indicador **não** foi **atingido mas com progresso**.

Não foi planificada a construção de qualquer barragem média em 2014 e não houve qualquer realização neste sentido. O mesmo ocorreu quanto a barragens pequenas, onde nada foi planificado e nada foi realizado. Entretanto, foram planificadas intervenções parciais em 7 represas em 2014, cujos graus de realização foram os seguintes: iniciaram obras em apenas 3 represas com o grau de realização de 20%, 60% e 75%; as restantes obras não iniciaram. Claramente este indicador **não** foi **atingido**, com um nível de realização inferior a 30%.

Ainda no âmbito os recursos hídricos foram realizadas ainda as seguintes actividades em 2014: conclusão em 100% de obras de manutenção das barragens de Nacala, Corrumana e Massingir; reabilitação de 2 barragens com as seguintes realizações, Massingir com 100% de realização contra os 80% planificados e Macarretane com 20% de realização contra os 20% planificados. Os estudos planificados para a reabilitação e construção das barragens de Corrumana (10%), Nhacangale (20%) e Metuchira (10%).

Foram adicionalmente realizadas em 100%, obras de reabilitação de diques de defesa (25km em Chokwe e 18km em Xai-Xai). Não foi contruído qualquer reservatório escavado em 2014, apesar de terem sido planificados 2.

### 2.3 Actividades Realizadas no Âmbito do SINAS

Não há metas específicas para actividades do SINAS apesar de estarem a ser desenvolvidas direccionadas para a melhoria na recolha, gestão e disseminação da informação do sector de águas, ano após ano. Em 2014 foram realizadas as seguintes principais actividades no âmbito do SINAS, na componente rural: digitalização de 2,987 fontes na base de dados em todo o país - Niassa (162), Cabo-Delgado (114), Nampula (501), Zambézia (250), Tete (101), Manica (1,339), Sofala (147), Inhambane (373); codificação de 520 fontes em 2 distritos da Província de Gaza; capacitação/reciclagem de 125 técnicos dos DAS e SDPIs nas Províncias de Niassa (31), Nampula (45), Manica (23) e Gaza (26); aquisição de equipamento informático para as Províncias de Nampula (21), Manica (10) Sofala (1) e Gaza (12), aquisição de diverso material de codificação e análise de água para a Província de Inhambane (GPSs, sondas, pedómetros, camera de inspecção de furos e kit de qualidade da água), aquisição de Kits para codificação de fontes para a Província de Maputo (GPS, caneta, diamante e escantilhão); monitoria do uso da base de dados do SINAS nas Províncias de Nampula, Manica e Gaza; e actualização de bases de dados nas Províncias de Nampula, Manica, Gaza e Maputo.

Na componente urbana, as actividades do SINAS em 2014 consistiram na capacitação dos técnicos dos Municípios e SDPIs no uso das ferramentas de recolha de dados nas províncias de Niassa (17), Cabo-Delgado (12), Nampula (28), Inhambane (13) e Gaza (11).

As acções desenvolvidas pelo SINAS em 2014 mostram uma evolução para o alargamento das suas actividades para os Municípios onde observava-se e ainda um défice na escolha de



informação, sobretudo na componente de Saneamento. Porém o mesmo esforço de expansão recomenda-se que seja feito para o sub-sector de gestão de recursos hídricos.

## **2.4 Assuntos Chave e Recomendações**

### **2.4.1 Assuntos chave**

- O Sector de Águas atingiu apenas uma das (1) das quatro (4) metas do Programa Quinquenal do Governo, a do abastecimento de água urbano. O maior desvio verificou-se no saneamento rural com uma realização com um desvio negativo de 68% abaixo do planificado. Em termos de progresso geral, a cobertura dos serviços nas zonas rurais (água e saneamento) está abaixo dos níveis urbanos.
- Das duas metas dos indicadores QAD para 2014, o indicador de água teve um bom desempenho (realização acima dos 100%), enquanto o indicador de saneamento não alcançou a meta, mas com um bom progresso (execução de 96%).
- Das quatro metas do PARP, os desempenhos dos indicadores da água foram bons, água rural (124% de realização) e água urbana (119% de realização), enquanto a meta de saneamento urbano não foi alcançada, mas com um bom progresso (96% de realização). O saneamento rural teve um desempenho muito fraco (57%). A construção de latrinas com qualidade abaixo do padrão contabilizável para a cobertura continua a ser um desafio, 67% das latrinas construídas em 2014 não contam para a cobertura.
- Na água urbana, persistem os problemas com as perdas físicas que desceram apenas um ponto percentual de 2013 para 2014, situando-se agora ainda na média dos 39%, que é um valor ainda alto com impacto na sustentabilidade financeira dos sistemas de abastecimento de água e na cobertura dos serviços. Houve um progresso muito significativo em termos de perdas comerciais que se situaram na média nacional de 7%. Entretanto, o maior desafio enfrentado pela água urbana em 2014 foi na componente de qualidade de água que registou retrocessos consideráveis, houve degradação tanto em termos de número de parâmetros de qualidade de água analisados nos sistemas (que reduziram significativamente de 2013 para 2014, alguns sistemas para níveis abaixo de 11 parâmetros que é o mínimo definido pelo regulador), como também no número de amostras dentro dos limites para a potabilidade da água. Em 2014 70% das análises realizadas é que mostraram a conformidade da água.
- Já iniciou-se com a recolha gradual de dados nos sistemas secundários, com a integração da Ilha de Moçambique em 2014, mas o mesmo ainda não se observa no saneamento urbano, apesar de ter havido alguns treinamentos dos técnicos dos municípios nesta matéria, no âmbito da implementação do SINAS.

- O sub-sector de recursos hídricos ainda não tem metas de longo prazo o que dificulta a avaliação objectiva do seu progresso. Este subsector ainda apresenta deficiências na recolha de alguns dados, com os relativos a gestão de infraestruturas de armazenamento de água.
- A dívida do sector cresceu mais de 3 vezes em 2014 comparativaente aos níveis de 2013, revertendo a tendência que vinha se observando nos últimos anos.

#### **2.4.2 Recomendações**

- Três das metas do Programa Quinquenal do Governo não foram alcançadas e a recomendação pertinente é: (i) desenvolver condições objectivas para garantir a operacionalidade de maior número de fontes dispersas nas zonas rurais, para que grande parte do esforço do Governo possa ser centrado na construção de novas fontes; (ii) desenvolver condições objectivas para desenvolver a capacidade local de construção de latrinas com padrões de higiene elevados; e (iii) melhorar a estratégia de intervenção, incluindo a definição de pacotes de serviços para o saneamento peri-urbano.
- Recomenda-se para o abastecimento de água urbano: (i) a definição e implementação de uma estratégia de redução de perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água urbanos; e (ii) investimentos na componente de tratamento de água e nos equipamentos e materiais necessários para a devida monitoria da mesma.
- Recomenda-se que a AIAS acelere o processo de monitoria do desempenho dos sistemas secundários de água, pelo menos os que encontram-se operacionais, independentemente de já terem sido ou não delegados a operadores autónomos. Uma parceria com os Municípios é também necessária para o início da monitoria sistemática do saneamento urbano.
- Recomenda-se também a definição de metas de longo prazo para o subsector de recursos hídricos, aproveitando o início do novo quinquénio.
- Recomenda-se uma melhor planificação dos recursos para a participação do Governo nos projectos com financiamento externo, incluindo de valores para a cobertura do IVA.

### 3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

Com a nova estrutura ministerial estabelecida pelo novo Governo que entrou em funções e Janeiro de 2015, o Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) é o organismo do Governo que superintende a área de águas através da Direcção Nacional de Águas a qual estão delegados aos sub-sectoros de abastecimento de água, saneamento e gestão de recursos hídricos. De acordo com o regulamento interno aprovado pelo Diploma Ministerial No. 142/2012, de 11 de Julho, a Direcção Nacional de Águas comporta sete (7) Departamentos, dez (10) Repartições e uma (1) Secretaria Central (Fig. 11).

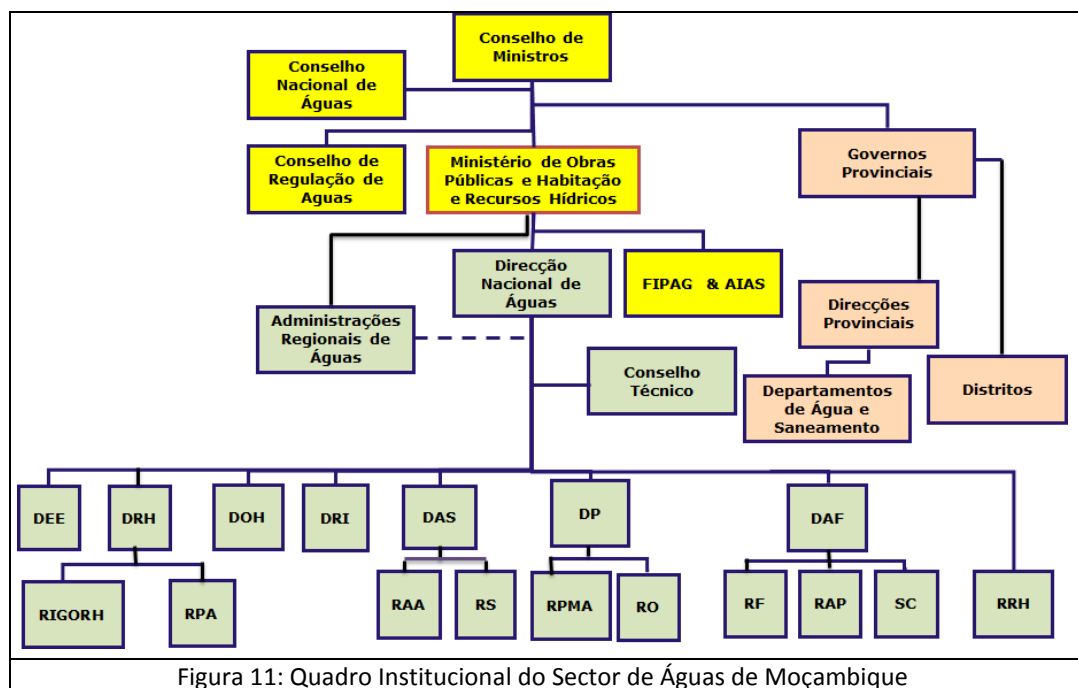


Figura 11: Quadro Institucional do Sector de Águas de Moçambique

As reformas que o Sector de Águas introduziu no início dos anos 90 e que têm estado a ser aprofundadas, resultaram na descentralização de muitas actividades de natureza operativa e garantir que o nível central se concentre na planificação estratégica, regulamentação e monitoria e avaliação. Assim, a nível central foram estabelecidas: o Conselho Nacional de Águas (órgão consultivo do Conselho de Ministros e de coordenação inter-ministerial - Lei de Águas), FIPAG (para a gestão de investimentos nos sistemas de abastecimento de água urbanos), o Conselho de Regulação do Abastecimento de Água - CRA (para a regulação do quadro da gestão delegada) e a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento - AIAS (para a gestão dos investimentos dos sistemas de abastecimento de água secundários e do saneamento urbano).

A descentralização na área dos recursos hídricos foi feita através da criação das Administrações Regionais de Águas - ARAs (5 no total, reponsáveis pela gestão operacional de recursos hídricos nas a nível de bacias hidrográficas), Para água e o saneamento rurais as componentes investimentos e operacional têm estado gradualmente a ser descentralizadas para as Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPHs) e gerida pelos

respectivos Departamentos de Água e Saneamento - DAS e para a área de abastecimento de água e saneamento urbano, o FIPAG está organizado em Delegações Regionais enquanto a AIAS está criando Delegações Provinciais.

A nível funcional interno, os sete (7) Departamentos da Direcção Nacional de Águas têm as seguintes funções:

#### **Departamento de Estudos Estratégicos - DEE**

É responsável pelos aspectos estratégicos do Sector de Águas, que incluem a planificação estratégica, a investigação técnico-científica, a formação, modelos de desenvolvimento, assistência técnico-jurídica e legislação pertinentes ao abastecimento de água, saneamento e gestão de recursos hídricos. É também responsável pela harmonização dos acordos e instrumentos legais relativos aos rios internacionais, com a legislação nacional.

#### **Departamento de Recursos Hídricos - DRH**

É essencialmente responsável pela produção e garantia da respectiva aplicação, de normas, regulamentos e outros estudos de gestão de recursos hídricos, incluindo aspectos ambientais. É também responsável pelo cadastro nacional de utilização da água. O DRH está dividido em duas repartições a saber, Repartição de Informação e Gestão Operacional de Recursos Hídricos (*RIGORH*) e Repartição de Planeamento e Ambiente (*RPA*).

#### **Departamento de Obras Hidráulicas - DOH**

É responsável pela promoção da realização de estudos para a materialização de obras hidráulicas estratégicas e de elaboração de projectos tipo para obras hidráulicas de pequena dimensão. É também responsável pelo cadastro da informação relativa a inspecção, inventariação e registo de infraestruturas hidráulicas.

#### **Departamento de Rios Internacionais - DRI**

É responsável pela coordenação com os Estados ribeirinhos no que diz respeito o planeamento conjunto e harmonização das estratégias de desenvolvimento de recursos hídricos das bacias partilhadas, que inclui a preparação de acordos de partilha, planos de monitoramento conjunto, acesso a informação e troca de dados com estados ribeirinhos.

#### **Departamento de Água e Saneamento - DAS**

Este Departamento está encarregue de planear e supervisionar as acções de abastecimento de água potável nos assentamentos urbanos e rurais. Este Departamento resultou da fusão dos então Departamentos de Água Urbana (DAU), Departamento de Água Rural (DAR) e Departamento de Saneamento (DES). Cabe ao DAS a contribuição para a definição de políticas e estratégias, desenho de modelos de gestão, e instrumentos apropriados para a participação do sector privado, na esfera do abastecimento de água e do saneamento. É também responsável pelo minitoramento do desenvolvimento do quadro da gestão delegada do abastecimento de água e saneamento e pela base de dados da informação de água e

saneamento, pertinente a planificação do seu desenvolvimento. O DAS comporta as Repartições de Abastecimento de Água (**RAA**) e Repartição de Saneamento (**RS**).

### **Departamento de Planificação - DP**

Na recente revisão do Regulamento Interno da DNA, algumas funções do antigo Gabinete de Planeamento e Controle foram alocados ao DEE, sobretudo as de planeamento estratégico de longo prazo. As actuais atribuições do DP são principalmente as de preparar e coordenar o processo de planificação do Sector de Águas e monitorar a execução dos planos. É também responsável pela monitoria da execução orçamental, elaboração dos relatórios de desempenho, garantir o cumprimento dos compromissos com os parceiros de cooperação, coordenar a mobilização de investimentos ao Sector de Águas e pelo sistema nacional de informação do Sector de Águas, incluindo a página da DNA na internet.

O Departamento de Planificação comporta a Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação (**RPMA**) e a Repartição de Orçamentação (**RO**).

### **Departamento de Administração e Finanças - DAF**

Este Departamento é responsável por elaborar, executar e controlar o orçamento e fundos alocados à instituição, de acordo com as normas do SISTAFE; participar na elaboração do orçamento da instituição; gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da instituição; elaborar os balancetes e relatórios de Prestação de Contas sobre a execução financeira e patrimonial da instituição; participar na preparação da conta da gerência; orientar as acções de resposta as auditorias externas; e assegurar a aplicação das normas do sistema nacional de arquivo do estado. O Departamento de Administração e Finanças comporta as seguintes unidades: Repartição de Finanças (**RF**), Repartição de Administração e Património (**RAP**) e Secretaria Geral (**SG**).

### **Repartição de Recursos Humanos (RRH)**

A Repartição dos Recursos Humanos é independente a qualquer dos Departamentos e é responsável por zelar pelo cumprimento do EGFAE; zelar pelo cumprimento do SIGEDAP; participar na elaboração do quadro pessoal do Ministério de tutela; assegurar a implementação das actividades do âmbito das estratégias de combate ao HIV-SIDA na Função Pública, pessoa portadora de deficiência e anti-corrupção; manter actualizado os registos biográficos dos Funcionários e Agentes do Estado; efectuar o levantamento de necessidades de formação e propôr programas específicos de treinamento na área de águas; emitir pareceres relativos aos recursos humanos afectos a Direcção; gerir a efectividade e assuidade dos Funcionários e Agentes do Estado afectos na Direcção; e realizar estudos colectivos sobre legislação e outros documentos que se considerar pertinentes.

A nível das províncias as **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)** através dos seus **Departamentos de Água e Saneamento (DAS)** são os braços da Direcção

Nacional de Águas, sobretudo na implementação de programas de investimentos de abastecimento de água e saneamento rurais.

A nível distrital o braço da Direcção Nacional de Águas nos programas de poços/furos, pequenos sistemas de abastecimento de água, construção de latrinas e monitoria do desempenho do sector são os Serviços Distritais de Planificação Infraestruturas (SDPI).

### **Comunidades**

As comunidades são as beneficiárias finais do Sector de Águas quer no acesso aos serviços melhorados de abastecimento de água e saneamento, quer em termos de recursos hídricos em quantidade e qualidade desejada para o desenvolvimento das suas actividades sócio-económicas. Nos desenvolvimentos dos programas de água, sobretudo nas zonas rurais, estes são feitos com o envolvimento máximo destas, devendo contribuir quer no investimento quer na operação e manutenção das infraestruturas. No caso de abastecimento de água as comunidades organizam-se em comités de água, operadores privados de fontanários, entre outros.

## **4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2013**

Este capítulo debruça-se sobre o desempenho financeiro geral do Sector de Águas e o exercício financeiro de 2014. Apresenta no geral as dotações orçamentais, os fundos libertados e os gastos na execução das actividades do sector. Sempre que possível, faz-se uma avaliação do desempenho financeiro do sector ao longo de todo o quinquénio que está a fechar.

### **4.1 Gestão das Finanças Públicas**

A planificação, orçamentação e gestão financeira no sector público em Moçambique é feita de acordo com o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), estabelecido pela Lei 2/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto No. 23/2004, de 20 de Agosto. O sistema de planificação e orçamentação do Estado é unificado, através da inserção das actividades de nível Distrital, Provincial e Central no Plano Económico e Social (PES) e no respectivo Orçamento do Estado (OE). O PES constitui assim, uma versão consolidada dos planos sectoriais que são, onde é possível, elaborados com base nos planos distritais. No Sector de Águas, a planificação dos sub-sectores de abastecimento de água e saneamento rurais parte dos Distritos, mas a planificação da gestão dos recursos hídricos, parte de níveis mais altos (de bacia hidrográfica).

Para melhorar a exactidão e inclusão nos planos Distrital, Provincial ou doutro nível, as actividades relevantes das ONGs, sector privado e outros actores, são captadas e inclusas nos planos, orçamentos, na monitoria e no processo de prestação de contas. Isto requer um sistema funcional e eficaz de recolha de dados e fluxo de informação a partir das

Comunidades, Distritos, Províncias, até a DNA e outras instituições do Sector, Governo e outros actores.

O PES e o OE são instrumentos de planificação que se complementam e são materializadores do PQG, e devem também estar alinhados com a planificação de médio prazo (cenários fiscais de médio prazos - CFMP), que constituem a programação financeira de todos os programas do Governo.

#### 4.2 Execução Orçamental do Sector de Águas

A Execução financeira do Sector de Águas é dividida por fonte de recursos, forma de execução e por nível institucional. Os fundos internos financiam o funcionamento e uma parte do investimento; enquanto os fundos externos financiam apenas a componente de investimento.

A componente externa inclui orçamento de investimento financiados por projectos “*On Budget on CUT*” (*Conta Única do Tesouro*) e “*On Budget off CUT*”. A tabela 6, apresenta resumidamente os mecanismos de financiamento do funcionamento e investimentos do Sector de Águas.

Tabela 9: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas

Orçamento	Financiamento	Metódo de Execução	Observações
Funcionamento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	No Orçamento e Executado Através da Conta Única do Tesouro
	Interno	<i>On Budget on CUT</i>	
Investimento	Externo	<i>On Budget on CUT</i>	No Orçamento e Executado fora da Conta Única do Tesouro
		<i>On Budget off CUT</i>	
		<i>Off Budget off CUT</i>	Fora do Orçamento e Fora da Conta Única do Tesouro

Nota: os fundos “*Off Budget Off CUT*”, que provém de projectos financiados pelos parceiros de cooperação sem que estejam inscritos no orçamento do Estado, é que constituem o maior desafio em serem contabilizados e reportados pelo Sector.

O Orçamento total do Sector de Águas em 2014 teve a **dotação actualizada** de **6.245.994,73 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. Em termos orçamentais o balanço entre o funcionamento e o investimento muito positivo. Mas mais análises são necessárias, incluindo as de execução financeira, para melhor percepção da dinâmica real e impacto real do orçamento no terreno.

Tabela 10: Execução do Orçamental do Sector de Águas - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	106.252,12	105.491,35	83.536,58	79%	30%
Investimento - Interno	2.160.246,22	1.765.911,31	1.693.556,49	96%	

Investimento - Externo	4.323.536,39	4.374.592,07	1.777.093,07	38%	70%
<b>TOTAL</b>	<b>6.590.034,73</b>	<b>6.245.994,73</b>	<b>3.441.070,91</b>	<b>55%</b>	<b>100%</b>

Como pode-se ver na Tabela 8, fundos externos continuam a contribuir de forma significativa para o Sector de Águas, mas com tendência a diminuir. Em 2014 cerca de 70% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado foram do financiamento externo e 30% de financiamento interno.

Excluindo o ano de 2010 que não dispõe de dados detalhados, os valores realmente executados mostram uma tendência crescente dos fundos internos comparativamente aos fundos externos. Em 2014 o valor interno foi mesmo superior ao valor externo, como se pode ver na Figura 12. Se a actual tendência persistisse, num período de 8 anos, a componente interna executada do orçamento havia de cobrir (teoricamente<sup>4</sup>) 100% da despesa do Sector.

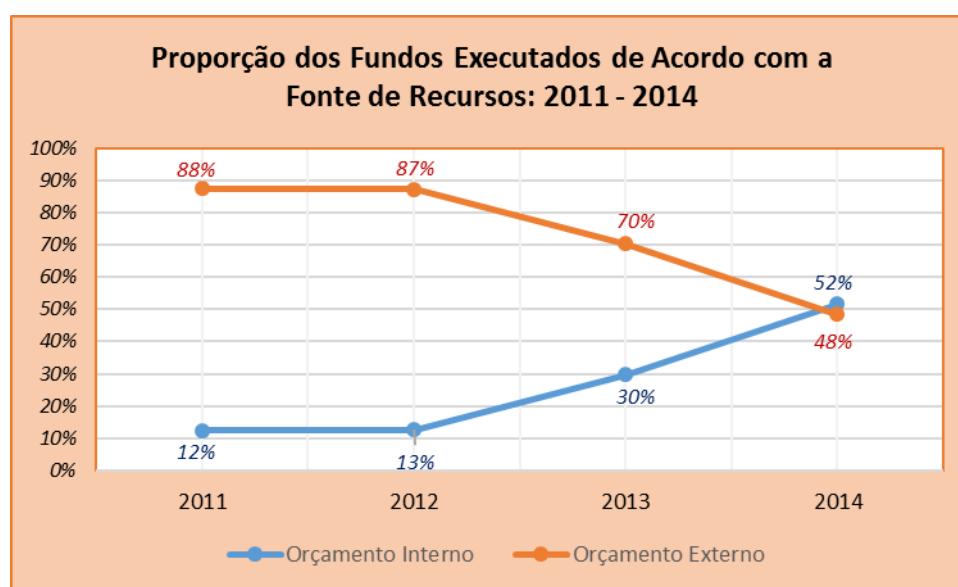


Figura 12: Evolução Proporcional da Despesa Realizada pelo Sector de Acordo com a Fonte de Recursos  
Fonte: RADS (2011), RADS (2012), RADS (2013) & REO-DNA (2014)

Ao longo do quinquénio 2010-2014, em média a componente interna contribuiu com 23% das despesas efectivamente realizadas do sector contra os 77% dos fundos externos e em média o sector gastou cerca de **579.626.83 mil Meticais/ano**, o equivalente a cerca de **157 milhões de Dolares Americanos/ano**.

Os valores apresentados na Tabela 10 incluem fundos *Off Cutt*, que constituem uma proporção significativa do valor total realizado do orçamento, 38%. Do ponto de vista de dotação orçamental actualizada, os fundos “*Off Cut*” tinham um valor de **3.688.420,29 mil Meticais**, o equivalente a 35% de todo o orçamento actualizado do Sector para o ano de 2014, como ilustrado na Tabela 11.

<sup>4</sup> Porque mesmo a component interna conta com fundos externos canalizados em forma de apoio directo ao orçamento



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

Tabela 11: Despesas do Sector de Águas Incluindo of Fundos Externos - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação. Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento – Interno	106.252,12	105.491,35	83.536,58	79%	30%
Investimento – Interno	2.160.246,22	1.765.911,31	1.693.556,49	96%	
Investimento – Externo on Cut	975.443,48	686.171,67	372.947,64	54%	11%
Investimento - Externo Off Cut	3.348.092,91	3.688.420,29	1.291.030,20	35%	59%
<b>TOTAL</b>	<b>6.590.034,73</b>	<b>6.245.994,73</b>	<b>3.441.070,91</b>	<b>55%</b>	<b>100%</b>

Da Tabela 11 constata-se que cerca de 60% da dotação orçamental revista do sector em 2014 foi “Off Cut”. Estiveram na origem deste crescimento os projectos implementados a nível da DNA, FIPAG e AIAS.

#### 4.2.1 Orçamento de funcionamento

O orçamento de funcionamento do Sector, no ano de 2014 teve a **dotação inicial de 106.252,12 mil Meticais** e a dotação **actualizada de 105.491,35 mil Meticais** sendo a **execução de 85.536,58 mil Meticais** correspondentes a 79%. Cerca de 51% do valor total do Orçamento foi gerido pelas instituições do nível Central (DNA, AIAS e CRA) 49% foi descentralizado para as ARAs, como ilustrado na Tabela 10.

Não é apresentada a informação do orçamento de funcionamento das províncias (DPOPHRHs) ligada especificamente ao abastecimento de água e saneamento, pelo facto de o orçamento não apresentar linhas específicas pelas componentes sob responsabilidade das DPOPHRHs.

Tabela 12: Despesas Totais de Funcionamento - 103 MZN

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNA	26.121,18	26.121,18	26.121,18	100%	53%	55%
	FIPAG	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
	CRA	19.569,40	19.569,40	2.681,14	14%	22%	
	AIAS	12.362,06	12.403,28	9.096,06	73%	25%	
Provincial	ARA-Sul	10.467,58	10.467,58	10.092,66	96%	22%	45%
	ARA Centro	12.063,79	11.158,27	10.795,50	97%	23%	
	ARA Zambeze	9.284,08	9.184,08	8.116,16	88%	19%	
	ARA C. Norte	9.001,26	9.564,06	9.375,86	98%	20%	
	ARA Norte	7.382,77	7.329,97	7.258,02	99%	15%	
<b>TOTAL</b>		<b>106.252,12</b>	<b>105.491,35</b>	<b>83.536,58</b>	<b>79%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

##### a) Orçamento de funcionamento - Nível Central

Para o exercício de 2014, o Orçamento de Funcionamento para o nível central teve como **dotação inicial 58.052,64 mil Meticais**, a dotação **actualizada de 57.787,39 mil Meticais** e

a **execução** de **37.898,38 mil** Meticais correspondente a 66% de execução em relação a dotação actualizada. Do total do orçamento de funcionamento (dotação actualizada) alocada ao nível Central, 45% foi alocado a DNA, 33% para o CRA e 21% foi alocado a AIAS.

Comparativamente a 2013, o orçamento da DNA creceu proporcionalmente de 33% para 45%, o orçamento da AIAS cresceu em proporção de 18% para 21% e o orçamento do CRA cresceu em proporção de 49% para 33%.

#### **b) *Orçamento de funcionamento - Nível das ARAs***

O Orçamento total de funcionamento alocado para as ARAs teve a dotação inicial igual a **48.199,98 mil Meticais**, uma **dotação actualizada** no valor de **47.703,96 mil Meticais**, uma **execução** de cerca de **68% (45.638,20 mil Meticais)**. Do total alocado, 23% foi para ARA-Centro, 22% para ARA-Sul, 20% para ARA-Centro Norte, 19% para ARA-Zambeze e o restante para ARA-Norte.

Comparativamente a 2013, o orçamento de funcionamento revisto de 2014 foi 2% inferior ao de 2013. O valor efectivamente executado em 2014 foi 16% inferior ao valor executado em 2013. Isto é, o Sector reduziu significativamente as suas despesas de funcionamento em 2014, muito devido a uma redução de 92% do valor executado pelo CRA entre 2013 e 2014, pelo facto de não ter executado os fundos provenientes das receitas consignadas, de acordo com o seu relatório de demonstração financeira.

Pelo facto de não existirem dados detalhados desta componente do orçamento do Sector para os anos 2010 a 2014 não é possível fazer-se uma análise mais profunda da sua caracterização em todo o quinquénio 2010-2014. Dados disponíveis iniciam de 2012 a 2014 inclusivé o Sector executou uma média anual de **78.201,96 mil Meticais** (o equivalente a **2.645,39 mil Dolares Americanos/ano**)

#### **4.2.2 Orçamento de investimento**

O orçamento de investimento do Sector de Águas em 2014, teve como **dotação inicial 6.483.782,61 mil Meticais**, com uma dotação actualizada de **6.140.503,37 mil Meticais** e execução de **3.357.534,33 mil Meticais** correspondentes a 55%. A correlação de pesos foi de 29% para fundos internos contra os 71% dos fundos externos.

Ao longo do quinquénio 2010-2014 o Sector de Águas investiu realmente no terreno uma média anual de **4.241.647,80 mil Meticais** (cerca de **143,5 milhões de Dolares Americanos/ano**), com o pico tendo sido observado em 2012 quando foram investidos **6.383.126,17 mil Meticais** (**215,7 milhões de Dolares Americanos**). A contribuição média da componente interna o orçamento para o investimento realizado foi de 21% e os dos fundos externos de 79%.

Em termos da dinâmica dos valores absolutos executados observou-se uma tendência crescente da componente interna, enquanto observava-se o reverso na componente externa.

Como se pode ver na Figura 13, em 2014 houve um equilíbrio entre os valores executados nas componentes internas e externas do orçamento do sector.

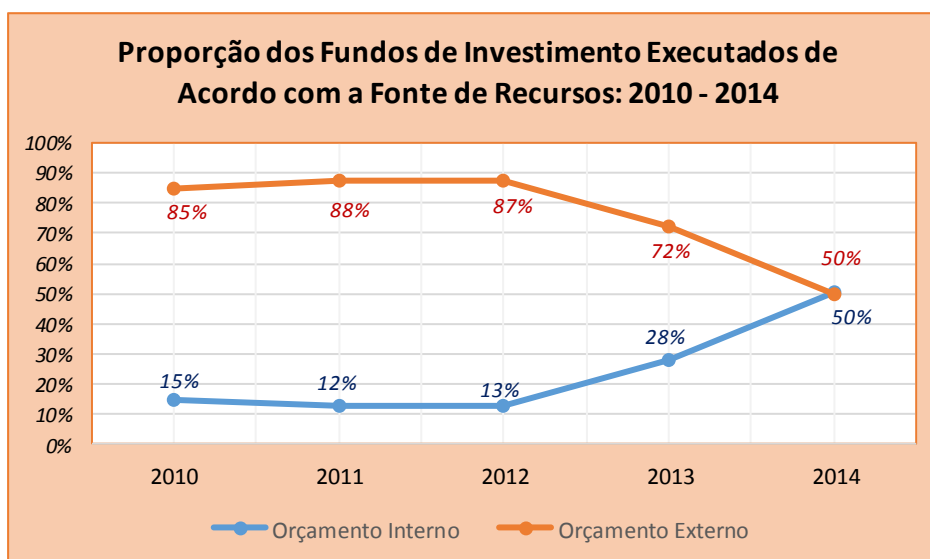


Figura 13: Proporção dos Fundos Investidos no Sector de acordo com a Fonte de Recursos (2010-2014)

**a) Orçamento de investimento - Fundos internos**

A componente interna do orçamento de investimento em 2014 teve uma **dotação inicial de 2.160.246,22 mil Meticais**, uma dotação **actualizada de 1.765.911,31 mil Meticais** e uma **realização de 1.693.556,49 mil Meticais** correspondentes a **96%** em relação a dotação actualizada. Do total do orçamento de investimento alocado ao sector, 65% foram geridos ao nível Central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA) e 35% a nível das Províncias (DPOPH, SDPI, ARAs), segundo ilustra a Tabela 13. O peso alto do nível central no orçamento de investimento interno deve-se aos projectos do FIPAG e da AIAS que são na maioria executados a partir do nível central, apenas o abastecimento de água rural que já avançou significativamente com a descentralização do orçamento.

Tabela 13: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10<sup>3</sup> MZN

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNA	951.337,91	582.851,58	544.749,55	93%	31%	65%
	FIPAG	461.446,24	415.301,62	407.679,00	98%	22%	
	CRA	29.569,40	28.262,93	9.117,13	32%	2%	
	AIAS	196.104,37	174.871,36	162.360,69	93%	9%	
Provincial	ARA-Sul	277.252,40	277.252,40	275.313,55	99%	15%	35%
	ARA Centro	13.095,40	12.189,88	11.827,11	97%	1%	
	ARA Zambeze	12.457,93	12.357,93	10.972,62	89%	1%	
	ARA C. Norte	16.995,18	27.177,98	25.369,78	93%	1%	

	ARA Norte	15.860,09	12.307,29	12.235,34	99%	1%	
	DPOPHs	292.379,42	328.829,69	317.468,30	97%	18%	
<b>TOTAL</b>		<b>2.160.246,22</b>	<b>1.765.911,67</b>	<b>1.693.556,59</b>	<b>96%</b>	<b>100%</b>	

#### Orçamento de investimento interno - Nível central

O total de fundos de investimento alocados ao Sector de Águas, para o nível central teve a **dotação inicial de 1.580.405,28 mil Meticaís**, com dotação **actualizada de 1.143.500,10 mil Meticaís** e uma **execução de 1.086.007,99 mil Meticaís**, correspondente a 95%. Do valor total para orçamento de Investimento actualizado a distribuição entre as instituições de nível central foi: DNA (49%), FIPAG (36%), AIAS (14%) e CRA (1%).

Os níveis de execução do orçamento de investimentos foram bons, nomeadamente: FIPAG (98%), AIAS (94%), DNA (93%) e CRA (74%).

#### Orçamento de investimento interno - Nível das ARAs

O orçamento de investimento alocado para as ARAs, teve a **dotação Inicial de 287.461,52 mil Meticaís**, a dotação actualizada de **293.581,52 mil Meticaís** sendo a **execução de 290.080,20 mil Meticaís**, correspondente a um grau de execução 99%, relativamente a dotação actualizada. Quer em termos da dotação actualizada, quer em termos de execução, os números de 2014 resceram mais que do dobro, comparativamente com 2013.

O orçamento de investimentos a nível das ARAs em 2014 esteve concentrado quase na totalidade na ARA-Sul, com 91% de toda a dotação. A ARA-Centro não lhe alocado uma parcela inferior a 1%, e as outras 3 instituições tiveram a seguinte dotação percentual: ARA-Centro Norte (6%), ARA-Norte (2%) e ARA-Zambeze (1%).

#### Orçamento de investimento interno - Nível das DPOPHs

Os fundos de investimento na componente interna alocados as províncias tiveram a **dotação inicial de 292.379,42 mil Meticaís**, dotação actualizada de **328.829,69 mil Meticaís**, com uma execução de **317.468,30 mil Meticaís** correspondentes a 97% de execução.

O grau de execução foi muito bom, todas as províncias ultrapassaram a cifra dos 90% e Gaza especificamente teve uma execução de 100%, depois do desempenho fraco de 64% que havia tido em 2013. Nos 14 Distritos do Fundo Comum do PRONASAR (FCP) com dotação a execução foi de 89%. Este desempenho é particularmente positivo porque o valor executado em 2014 é 140% superior ao valor executado no ano anterior, 2013.

A distribuição do valor alocado por Províncias está ilustrado na Tabela 14, o destaque vai para as Províncias de Nampula (15%), Inhambane (14%) e Zambézia e Sofala (13%, cada). Os 14 Distritos do FCP têm o peso de 1% dado que são alocados fundos para efeitos de despesas correntes, como combustível, ajudas de custos, salários, reparação de viaturas e consumíveis.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

Tabela 14: Despesas do Investimento Interno a Nível das DPOPHs - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	37.915,20	36.652,20	35.678,55	97%	11%
DPOPH C.Delgado	17.089,55	16.747,91	16.552,54	99%	5%
DPOPH Nampula	36.641,11	50.417,83	49.418,48	98%	15%
DPOPH Zambézia	29.120,70	43.338,67	41.324,65	95%	13%
DPOPH Tete	28.500,40	33.693,27	31.168,15	93%	10%
DPOPH Manica	25.751,14	30.630,80	29.261,57	96%	9%
DPOPH Sofala	32.009,00	42.041,54	41.316,06	98%	13%
DPOPH I'bane	53.473,47	44.784,83	43.807,90	98%	14%
DPOPH Gaza	8.619,70	8.603,70	8.597,44	100%	3%
DPOPH Maputo	19.146,23	17.806,02	16.687,75	94%	5%
14 Distritos (FCP)	4.112,92	4.112,92	3.655,22	89%	1%
<b>TOTAL</b>	<b>292.379,42</b>	<b>328.829,69</b>	<b>317.468.30</b>	<b>97%</b>	<b>100%</b>

b) *Orçamento de investimento - Fundos externos*

A componente externa do orçamento de investimento em 20134 teve uma **dotação inicial de 4.323.536,39 mil Meticais**, uma dotação **actualizada de 4.374.592,07 mil Meticais** e uma **realização de 1.663.977,84 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de execução de **38%** em relação a dotação actualizada. A maior parte do orçamento externo de investimento em 2014 foi executado em “OFF CUT” (84%)

Em termos absolutos foram executados em 2014 do orçamento de investimento externo, menos **882.518,04 mil Meticais** (o equivalente a cerca de 26,5 milhões de Dolares Americanos), comparativamente a 2013, ou seja, houve uma **redução de 35%**.

Do total do orçamento de investimento externo alocado ao sector, 75% foram geridos ao nível Central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA) e 25% a nível das Províncias (DPOPH, SDPI, ARAs), segundo ilustra a Tabela 15.

Tabela 15: Despesas do Investimento Externo - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					Por Instituição	Por Níveis
DNA	1.305.709,68	1.549.147,39	416.828,89	27%	35%	75%
FIPAG	1.072.524,39	1.215.649,59	303.267,97	25%	28%	
CRA	19.175,21	22.498,45	14.136,00	63%	0.5%	
AIAS	867.317,20	503.147,60	317.054,88	63%	12%	
ARA-Sul	885.797,03	885.793,03	491.620,72	56%	20%	25%
ARA Centro	27.941,58	27.941,58	21.980,44	79%	0.6%	
ARA Zambeze	92.376,20	92.376,20	37.882,60	41%	2%	
ARA C. Norte	0,00	0,00	0,00	0%	0%	

<b>ARA Norte</b>	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
<b>DPOPHs</b>	52.695,10	78.034,23	61.206,35	78%	2%	
<b>TOTAL</b>	<b>4.323.536,39</b>	<b>4.374.592,07</b>	<b>1.663.977,84</b>	<b>38%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

#### Orçamento de investimento externo - Nível central

Os fundos do investimento externo alocados ao nível Central tiveram a **dotação inicial de 3.264.726,48 mil Meticais**, com dotação **actualizada de 3.290.443,03 mil Meticais** com **execução de 1.051.287,75 mil Meticais**, correspondente a um grau de execução de 32% de relativamente à dotação actualizada. Este orçamento e a sua execução incluem ambos os fundos da execução “ON CUT” e de execução “OFF CUT”.

Do ponto de vista do valor atribuído ao nível central apenas 16% foi inscrito no Orçamento do Estado adstrito a DNA, e parte desses fundos foram executados pelos parceiros de implementação. Os seguintes graus de execução foram observados: fundos que passam pela CUT (54%) e fundos que não passaram pela CUT (35%).

A distribuição do orçamento de investimento externo alocado ao nível central foi a seguinte: DNA (47%), FIPAG (37%), AIAS (15%) e CRA (1%).

#### Orçamento de investimento externo - Nível das ARAs

O orçamento de investimento externo para as ARAs, teve a **dotação inicial e actualizada de 1.006.114,81 mil Meticais**, a execução de **551.483,76 mil Meticais**, correspondente a 55%. Do total alocado para as ARAs 88% foi para a ARA Sul, ARA-Zambeze (9%) e ARA-Centro (3%), conforme se pode constatar na tabela abaixo. Do ponto de vista de execução, apenas a ARA-Centro atingiu um nível significativo (79%), a ARA-Sul e a ARA-Zambeze tiveram graus de execução de 56% e 41%, respectivamente

#### Orçamento de investimento externo - Nível das DPOPHs

As províncias que beneficiaram do financiamento externo para o investimento em 2014 foram a três províncias do Fundo comum do PRONASAR (Maputo, Gaza e Zambézia) e 14 Distritos beneficiando do Fundo Comum do PRONASAR (FCP), Fora do FCP, apenas Niassa beneficiou do orçamento externo do Projecto GoTAS, financiado pela Cooperação Suíça (SDC).

A **dotação inicial** do orçamento externo descentralizado para o nível Provincial foi de **52.695,10 mil Meticais**, teve uma **dotação actualizada de 78.034,23 mil Meticais** e uma **execução de 61.206,34 mil Meticais**, correspondes a 78% da dotação actualizada.

Houve um grande decréscimo em termos de valor absoluto executado em 2014, comparativamente a 2013. O valor executado em 2014 é equivalente a 43% do valor executado em 2013.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

O grau de execução a nível do FCP foi bom com Maputo e Gaza a executarem na totalidade as respectivas dotações actualizadas, Zambézia (99%) e os 14 Distritos do FCP (83%). A execução baixa foi observada na Província do Niassa (40%).

De salientar que a maior percentagem em termos de dotação dos fundos externos foi para a província de Niassa com 32%, seguida da Zambézia com 29%, como pode-se ver na Tabela 17.

Tabela 16: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nível das DPOPHs e Distritos - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	-	25.339,13	10.245,61	40%	32%
DPOPH Cabo-Delgado	-	-	-	-	-
DPOPH Nampula	-	-	-	-	-
DPOPH Zambézia	22.410,00	22.410,00	22.283,51	99%	29%
DPOPH Tete	-	-	-	-	-
DPOPH Manica	-	-	-	-	-
DPOPH Sofala	-	-	-	-	-
DPOPH I'bane	-	-	-	-	-
DPOPH Gaza	2.500,00	2.500,00	2.500,00	100%	3%
DPOPH Maputo	18.440,00	18.440,00	18.424,24	100%	24%
14 Distritos (FCP)	9.345,00	9.345,00	7.752,98	83%	12%
<b>TOTAL</b>	<b>52.695,10</b>	<b>78.034,23</b>	<b>61.206,34</b>	<b>78%</b>	<b>100%</b>

Orçamento de investimento externo - Fundos *On Cut*

Apenas 16% do orçamento de investimento interno do Sector a sua execução passou pela conta única do tesouro em 2014. A sua **dotação inicial** foi de **975.443,48 mil Meticais**, a **dotação actualizada** foi de **686.171,67 mil Meticais** e a respectiva **execução** foi de **372.947,64 mil Meticais**, o equivalente a 54% da dotação actualizada.

Cerca de 89% dos fundos *On Cut* foram geridos a nível central, enquanto 11% foram geridos a nível das Províncias abrangidas pelo fundo comum do PRONASAR e a província de Niassa através do projecto GoTAS, financiado pela Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC). Do ponto de vista da execução, a nível Provincial foi de 78%, enquanto a nível central foi de 51%.

Tabela 17: Despesas do Orçamento de Investimento Externo *On Cut* - 10<sup>3</sup> MZN

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Execução	% Exec	% Peso
Central	DNA	397.384,48	340.592,82	164.627,50	56%	89%
	FIPAG	51.148,90	157.499,22	44.606,14	26%	
	CRA	-	-	-	-	
	AIAS	474.215,00	110.045,40	102.507,66	93%	
Provincial	ARAs	-	-	-	-	-
	DPOPHs	52.695,10	78.345,23	61.206,34	78%	11%
<b>Total</b>		<b>975.443,48</b>	<b>686.171,67</b>	<b>372.947,64</b>	<b>54%</b>	<b>100%</b>

Orçamento de investimento externo - Fundos *Off Cut*

A maior parte do orçamento externo de investimento para o Sector de Água em 2014 foi canalizada através de fundos *Off Cut* (89%). A **dotação inicial** desta componente de investimento foi de **3.348.092,91 mil Meticaís**, a **dotação actualizada** foi de **3.688.420,39 mil Meticaís** e a respectiva **execução** foi de **1.291.030,20 mil Meticaís**, o equivalente a 35% da dotação actualizada.

Cerca de 73% dos fundos *Off Cut* foram geridos a nível central, enquanto 27% foram geridos a nível das Províncias. A maior dos fundos *Off Cut* foi direccionada a projectos de investimentos geridos pela DNA, FIPAG, AIAS e ARA-Sul.

Tabela 18: Despesas do Orçamento de Investimento Externo *Off Cut* - 10<sup>3</sup> MZN

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Execução	% Exec	% Peso
Central	DNA	908.325,20	1.208.554,57	252.201,39	21%	73%
	FIPAG	1.021.375,49	1.058.150,36	258.661,83	24%	
	CRA	19.175,21	22.498,45	14.136,00	63%	
	AIAS	393.102,20	393.102,20	214.547,22	55%	
Provincial	ARA-Sul	885.797,03	885.797,03	491.620,72	56%	27%
	ARA-Centro	27.941,58	27.941,58	21.980,44	79%	
	ARA-Zambeze	92.376,20	92.376,20	37.882,60	41%	
	ARA-Centro Norte	-	-	-	-	
	ARA-Norte	-	-	-	-	
	DPOPHs	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>3.348.092,91</b>	<b>3.688.420,39</b>	<b>1.291.030,20</b>	<b>35%</b>	<b>100%</b>

Uma análise ao grau de realização do orçamento de investimento actualizado ao longo do quinquênio de acordo com a fonte de recursos mostra que houve um crescimento no grau de execução do orçamento interno, enquanto para o orçamento externo observou-se uma tendência decrescente a partir de 2012 (Figura14).

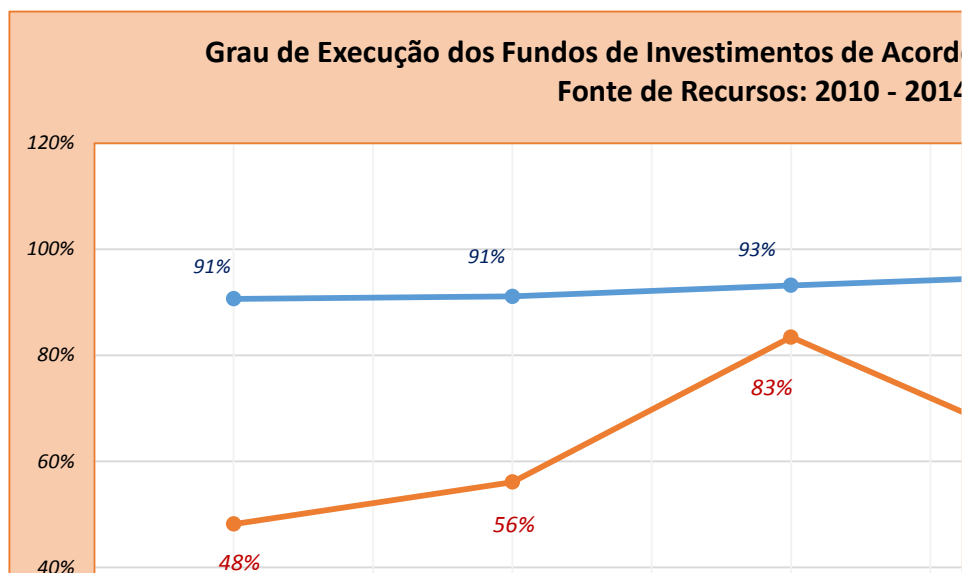




Figura 14: Grau de Execução dos Fundos de Investimento de Acordo com a Fonte de Recursos (2010-2014)



Metade do orçamento de investimento externo (51%) provém dos créditos concedidos para a implementação de grandes projectos por parte dos seguintes parceiros: Governo da Italia (Barragem de Nhacangale), Banco Mundial (PNDRH, Abastecimento de Água nas Grandes Cidades e Saneamento da Beira), Banco Africano de Desenvolvimento (Barragem de Massingir), Banco Asiático de Desenvolvimento  e Governo da India .

Entretanto, o valor da componente do crédito que foi realmente executado corresponde a **31% (519.118,02 mil Meticaís)** de todo o financiamento externo do sector realizado em 2014.

#### 4.2.3 Dívida do sector

Em 2014 houve um agravamento da dívida do Sector de Água, invertendo a tendência de decrescimento que vinha se observando nos anos anteriores até 2013. No global, a dívida do sector cresceu mais de 3 vezes comparativamente a 2013 para **481.203,73 mil Meticaís**. Os principais factores que ditaram esta evolução foram:

- Aumento da dívida da ARA Sul como consequência da comparticipação do Governo e pagamento do IVA no projecto da Reabilitação da barragem de Massingir, financiado pelo BAD.
- Aumento da dívida da DNA, resultante da implementação do projecto de construção do sistema de drenagem de águas pluviais nos bairros de Chota e Macurungo na cidade da Beira, nomeadamente nas componentes de comparticipação do Governo e pagamento do IVA.

A Dívida da ARA Zambeze e parte da dívida da DNA é a mesma que tem sido referida em todos encontros da RAC, ainda não foi solucionada devido a legalidade dos processo.

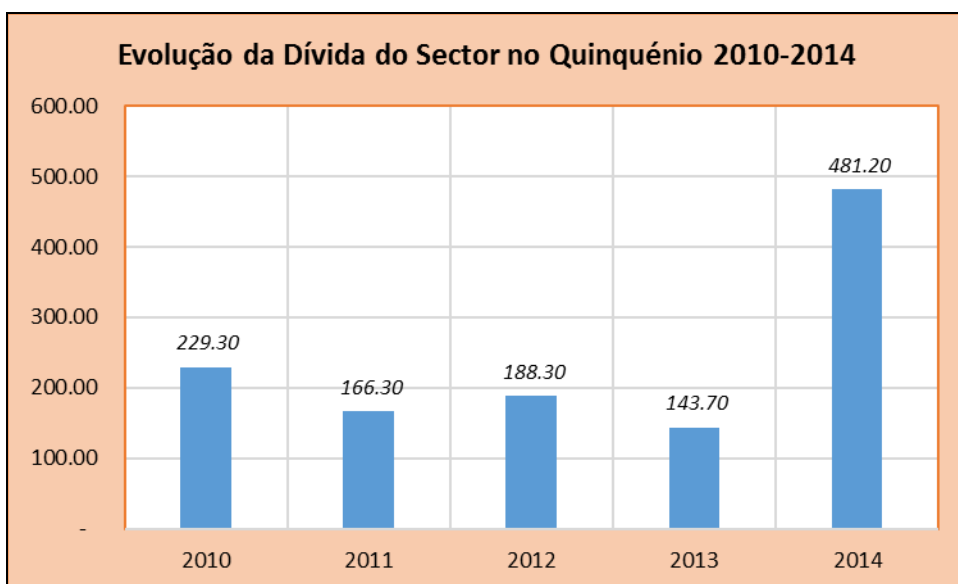


Figura 15: Tendências da Evolução da Dívida do Sector de Águas - em 10<sup>6</sup> MZN

Esta tendência mostra que há uma necessidade de o sector envidar esforço adicional para controlar a dívida, sobretudo aquela que contraída há alguns anos. Uma forma de o fazer seria pela sua amortização parcial ano após ano aquando da execução dos saldos ociosos doutros sectores.

## 5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

### 5.1 Enquadramento no Mecanismo Nacional de Revisão Conjunta

O processo da Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos de coordenação e diálogo, estabelecidos entre o Governo e os parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza, em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em geral.

Uma das grandes prioridades do Governo de Moçambique é a redução da pobreza absoluta. Para o alcance deste objectivo é articulado pelo Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), que ‘e reflectido no Plano Quinquenal do Governo.

No contexto global, requer-se que a ajuda ao desenvolvimento seja o mais efectiva possível, daí que os parceiros de desenvolvimento apoiam os compromissos do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva as políticas articuladas de redução da pobreza. A Parceria para o Apoio Programático (*PAP-Programme Aid Partnership*) foi estabelecida dentro deste contexto. Este mecanismo de coordenação envolve 19 parceiros de cooperação que canalizam recursos para o apoio directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e estes parceiros assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria, bem como os compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 parceiros da ajuda programática do Governo de Moçambique são: Banco Africano de Desenvolvimento, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Filândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial e Austria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é um forum de diálogo entre o Governo e parceiros sobre políticas e decisões estratégicas com vista ao uso efectivo da ajuda canalizada. Existe um mútuo reconhecimento de que a ajuda financeira por si só não é suficiente para a melhoria das plíticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que a ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual, alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Estes processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

Documentos de Planificação

PARP, PES (PAF/QAD - Quadro de Avaliação do Desempenho), CFMP, OE e outros documentos relevantes.

### Documentos de Monitoria

Balanço do PES (semestral e anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre a avaliação da gestão dos fundos públicos, bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas as avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM-PAP sobre o Apoio Programático:

- Revisão Anual (após a elaboração do Balanço do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF-*Performance Assessment Framework*).

A revisão conjunta sobre o desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

## **5.2 Estágio de Implementação das Recomendações de 2013**

A situação das recomendações feitas pela RAC 2013 é conforme se apresenta na tabela a seguir:

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2014

PONTO DE SITUAÇÃO DA MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - 2014

Tópico	Recomendação	Ações a implementar	Impacto da Acção	Ponto de situação	Prazo	Nível de Cumprimento	Novo prazo	Responsável
ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL	Melhorar a gestão e sustentabilidade das infra-estruturas construídas nas comunidades através do reforço das capacidades de acompanhamento dos técnicos distritais.	Capacitar técnicos dos distritos em matéria de nocões de abastecimento de água.	Manter operacionais as fontes dispersas de abastecimento de água.	(i) Capacitados 49 técnicos distritais em nocões de abastecimento de água. (ii) Formados 311 mecânicos/artesãos locais. (iii) Criados 1.479 e revitalizados 1.655 CAS. (iv) Estabelecidos 70 locais de venda de peças sobressalentes. (v) Alcançadas 24.679 fontes operacionais de um total de 26.965 existentes, correspondendo a 91,5%.	31/12/2014	100%	N/A	DNA/DAS
		Promover seminários de sustentabilidade. Realização de PECs para a criação e revitalização dos CAS e formação de mecânicos/artesãos para reparação de bombas manuais.						
ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANA	Desenhar programas específicos de detenção de fugas, com particular ênfase os sistemas de Maputo/Matola (51%), Água da Região de Manica (46%) e Angoche (37%).							FIPAG
	Investir mais recursos nos laboratórios das empresas de água, sobretudo as que controlam o número mínimo de parâmetros.							
SANEAMENTO RURAL	Enquanto se aplicam abordagens conducentes a eliminação do feccalismo a céu aberto que se privilegie também o apoio as famílias na melhoria do serviço, incluindo a participação activa do sector privado na promoção, comercialização das componentes e construção de infra-estruturas de saneamento.	Incentivar o sector privado local a comercializar nos seus estaleiros produtos (lajes, blocos e outros) que permitam a construção de latrinas melhoradas	Subida na escada do saneamento e consequente aumento da cobertura Nacional	Introduzidos nos Indicadores de resultados acções de capacitação de artesãos e agentes comerciais em materias relacionadas com saneamento do meio.	Trabalho continuo	Em curso	N/A	Todos actores do sector de águas
	Melhorar a coordenação intersectorial e liderança do saneamento.	Realizar Conferência Nacional de Saneamento	Identificados e definidos os papéis e responsabilidades de cada interveniente, desde o nível Central ao Local.	Conferência realizada.	30/06/2015	100%	N/A	DNA/DAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

SANEAMENTO URANO	Enquanto se aplicam abordagens conducentes a eliminação do feccalismo a céu aberto que se privilegie também o apoio as famílias na melhoria do serviço, incluindo a participação activa do sector privado na promoção, comercialização das componentes e construção de infra-estruturas de saneamento.	Incentivar e capacitar o sector privado em materias de construção de infraestruturas de saneamento e promoção de boas práticas de higiene. Promoção de boas práticas de higiene ao nível das famílias.	Expandir a rede de comercialização de componentes e construção de infra-estruturas de saneamento. Eliminação do feccalismo a céu aberto.	Realizados cursos de formação de formadores de PEC nas Provincias de Cabo Delgado, Tete e Inhambane e realizados 6 cursos de PEC direccionados aos implemtadores das actividades no terreno (Animadores, Activistas e supervisores)	31/12/2014	100%	N/A	DNA/DAS
	Melhorar a coordenação intersectorial e liderança do saneamento.	Realizar Conferência Nacional de Saneamento	Identificados e definidos os papéis e responsabilidades de cada interveniente, desde o nível Central ao Local.	Conferência realizada.	30/06/2014	100%	N/A	DNA/DAS
RECURSOS HÍDRICOS	Melhorar o processo de planificação tendo em conta a complexidade dos processos de contratações e tempos necessários para as aprovações, de acordo com cada financiador.	Lançamento de concursos e elaboração de Termos de Referencias.	Reducao do tempo de contratacao de servicos referente ao ano fiscal em análise.	Iniciada com antecedencia a organização de todos os processos tendentes a contratação dos serviços.	Dez. 2014	50%	N/A	DNA DRH
		Capacitacao em cursos de curta duracao em materia de Procurment.	Qualidade dos processos administrativos que visam a contratação de serviços.	Desenhados cursos especificos de treinamento do pessoal em materia de licitação e gestão de contratos.	Jul. 2014	100%	N/A	DRH
	Introduzir planificação integrada entre a gestão Recursos Hídricos e o uso da terra.	Realizar estudos etrategicos de desenvolvimento de recursos hídricos (Planos de Bacia), nos quais deverá se destacar rigorosamente aspectos de integração em materias de ordenamento territorial.	Melhoradas as formas de ocupação e aproveitamento de planicies de inundacao na bacia hidrografica.	Em curso a preparação de um projecto-piloto na bacia do Limpopo "Estudo de Gestão Integrada de Cheias na bacia hidrográfica do Rio Limpopo.	2014-2016	Fase Inicial	N/A	DNA e ARAs
		Desenvolver planos de negócios das ARAs e tornar as Unidades de Gestão de Bacias em Unidades Gestoras e Beneficiárias.	Elaboração de Planos de Negocio e melhoramento do Quadro Regulamentar em materia de cobranca de taxas de utilizacao de água.	Sustentabilidade das ARAs e criação de condições para o cumprimento do seu mandato institucional.	Em curso a mobilização de fundos para elaboracao de plano de negócio das ARAs Centro-Norte e Norte, prevendo o início da elaboração em 2016.	2017	30%	N/A
Em processo de aprovação do (i) Regulamento de Usos e Aproveitamento de Lagos e Albufeiras (ii) taxas de Agua Bruta.	Dez. 2014				80%	N/A	DRH	

PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	Expandir o SINAS para o nível Municipal, Urbano, Recursos Hídricos e consolidar as acções em curso nas áreas rural.	Treinar os Chefes de Localidades no Uso de Instrumentos de Recolha de Dados e Informações sobre o Abastecimento de Água e Saneamento Rural nas províncias de Inhambane, Solafa, Tete e Zambézia.	Melhorada a planificação, monitoria e avaliação das Províncias e Municípios.	Actividade não implementada.	Dez 2014	0%	Dez 2015	DP
		Realizar a reciclagem dos técnicos do DAS e dos SDPI's no uso da Base de Dados informatizada e no preenchimento do Plano Operacional das províncias de Gaza, Manica, Nampula e Niassa.		Realizada a reciclagem dos técnicos do DAS e dos SDPI's no uso da Base de Dados informatizada e no preenchimento do Plano Operacional das províncias de Gaza, Manica, Nampula e Niassa.	Dez 2014	100%	N/A	
		Capacitar os técnicos dos Municípios, das Vilas e dos SDPI em planificação "Abordagem do Quadro Lógico" e usos de instrumentos de recolha de dados/informações sobre Abastecimento de Água e Saneamento Urbano, das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.		Capacitados os técnicos dos Municípios, das Vilas e dos SDPI em planificação "Abordagem do Quadro Lógico" e usos de instrumentos de recolha de dados/informações sobre Abastecimento de Água e Saneamento Urbano de Niassa.	Dez 2014	10%	N/A	
		Desenvolver instrumentos de monitoria e avaliação para Água e Saneamento Urbano.		Desenvolvidos instrumentos de monitoria e avaliação para Água e Saneamento Urbano.	Dez 2014	100%		
		Desenvolver instrumentos de monitoria e avaliação para obras hidráulicas, gestão de recursos hídricos e rios internacionais.		Desenvolvidos instrumentos de monitoria e avaliação para gestão de recursos hídricos.	Dez 2014	33%	N/A	
	Integrar gradualmente o <i>reporting</i> dos sistemas secundários de água e de saneamento urbano no relatório do CRA ao Governo.							
ORÇAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	Assegurar que o Ministério de Planificação e Desenvolvimento e o Ministério das Finanças disponibilizem 1% do PIB para o acesso universal a água e saneamento.	—	—	—	—	—	—	—

## 6. ANEXOS

## INDICADORES DOURADOS

## Anexo 1 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2014

Indicador	Definição	Resultados										Meta
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos a ir buscar água para beber.				52,7	85,9		40,3		a)		90
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	42,1	43,2	48,5	51,8	54,0	57,4	60,8	64,2	50%	52%	70
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	24,8	26,5	28,3	30	32,4	34,8	41,5	45,0	50% b)	52% c)	63
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	4,5	5,0	5,5	6,0	7,5	9,0	12,6	14,7	15% b)	15,3% d)	67
Operacionalidade de	% de fontes de água em funcionamento.	71,9	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	80	80	80	91,5	95
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Nº de fontes de água novas e reabilitadas/ano.	1.207	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.665	2.378	2.212	2.511	3.681
	Nº de PSAA novos e reabilitados por ano.	8	6	38	6	4	52	41	35	33	30	
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.					507	316	6				
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.					16.406	34.083	26.440	21.467	37.490	26,915	
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.						175.299	134.415	99.521	286.935	232,915	
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.						69.195	92.311	48.436	82.922	87,806	
	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.				38	151	280	392	419	428	841	
Sustentabilidade de	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.						18	26	31	49	27	
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar ( <i>em Milhões de Mts</i> ).						330,3	445,5	573,2	425,4	SI	
	Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.	-	1,1	1,3	1,7	-	1,4	0,6			SI	
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.										SI	
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.						31				SI	
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.							45			SI	
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.				13			37,5			SI	
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.										SI	

## Anexo 2 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano 2014

Indicador	Definição	Resultados										Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
Incidência de doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período												
Uso de fontes de água.	% de pessoas que consomem habitualmente água de fontes seguras (água canalizada)	66	67.3	68.7	70	71	72	85.0	86.0	87.0	88.0	70	
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que usam habitualmente infra-estruturas de saneamento segura (latrina melhorada, retrete ligada a fossa séptica ou a rede de esgotos).	34	38.3	42.7	47	50,3	53,6	48.0	51.0	53.0	55.0	60	
Infra-estruturas construídas e rehabilitadas	Número de ligações domiciliárias existentes e activas no Sistema de Abastecimento de Água.		132,712	138,840	187,119	218,316	262,567	316,512	382,924	430,904	478,703		
	Número de fontanários existentes e activos no Sistema de Abastecimento de Água.		881	1,338	1,722	2,040	2,585	2,548	2,413	2,509	2,703		
	Nº de instalações de latrina melhoradas construídas.					6,793	3,373	11,902	15,340	15,411	22,991		
	Nº de fossas sépticas construídas num determinado período.							290	1,920	3,623	12,084		
	Número de latrinas escolares construídas em um determinado período.							351		362	52		
	Número de latrinas sanitárias públicas construídas num determinado período.								NR	NR	3		
	Nº de ligações a rede de esgotos estabelecidas num determinado período de tempo.						1,368	1,784	1,800	NR	77		
	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e rehabilitados									NR	NR		
	Número de fontanários construídos durante um certo período.	147	184	271	191	380	214	93	112	-	174		
	Número de fontanários rehabilitados durante um certo período.									96	20		
Nº de ligações para dentro da casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.	10.181	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115	82.188	97.165	51.998	47,799			
Eficiência	Perdas de águas físicas - % de água tratada e distribuída.	<55	50	45	40	35	31	32	41.7	39.2%	NR		
	Perdas de águas comerciais (ou água não contabilizada) - Água que se perde entre a captação/tratamento e a distribuição							11.7%	15.8%	6.9%	NR		
	Continuidade do fornecimento de água - Tempo médio de fornecimento de água aos consumidores	<19	17	18	19	18	20	16.6	19.6	19	NR		
	Tratamento de lamas fecais -% de lamas fecais tratadas.								NR	NR	NR		
Qualidade da água	% das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano.							85.7%	92%	69%			

NR - Não Reportado



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

Anexo 3 - Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos 2013												
Indicador	Definição	Resultados										Meta
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período				800.000			50.000		350.000		-
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.											
Estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas	Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano.	32	37	62	75	54	42	80	50	55	90	666
Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano									0	2	
	Número de barragens médias construídas por ano									0	0	
	Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.										0	
	Número de represas construídas e reabilitadas por ano.					3	5	3	12	3	0	
	Número de grandes barragens construídas/reabilitadas por ano.									1	1	

## 7. REFERÊNCIAS

- BALANÇO ANUAL QAD 2014, Direcção Nacional de Águas, Maputo, 2015.
- BALANÇO ANUAL QAD 2013, Direcção Nacional de Águas, Maputo, 2014.
- CONSULTEC & SALOMON (2013) Avaliação Hidrológica e Hidráulica das Cheias em Moçambique 1977-2013: Relatório Final da Etapa I, Abril de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2014) Relatório ao Governo 2013, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Junho de 2014, Maputo, Moçambique.
- CRA (2013) Relatório ao Governo 2012, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Julho de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2012) Relatório ao Governo 2011, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2012, Maputo, Moçambique.
- CRA (2011) Relatório ao Governo 2010, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2011, Maputo, Moçambique.
- DNA (2015) Balanço do PES 2014 - Draft, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2014) Balanço do PES 2013 - Draft, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2013) Balanço do PES 2012 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2012) PRONASAR - Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, Inquérito de Base 2011, Agregados Familiares e Fontes de Água, Relatório Final, Maio de 2012.
- DNA (2012) Balanço do PES 2011 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2011) Balanço do PES 2010 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- LEI DE ÁGUAS (1991) Lei No. 16/91, de 3 de Agosto, Suplemento 2, Sábado, 3 de Agosto de 1991, Maputo, Moçambique.
- MISAU/DNS (2004) Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano, Diploma Ministerial No. 180/2004, 15 de Setembro de 2004, Maputo, Moçambique.
- IDS (2011) Inquerito Demográfico de Saúde, Measure DHS/ICF International, INE & MISAU, Março de 2013.
- Inguane, R, Gallego-Ayala, J & Juízo, D (2014) ecentralized water resources management in Mozambique: Challenges of implementation at the river basin level, *Physics and Chemistry of the Earth*, 67–69 (2014) 214–225.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

PEMConsult (2014) Sistema de Informação de Água e Saneamento de Moçambique (SINAS), Documentação das Lições da Fase Piloto para Facilitar a Implementação Nacional, Relatório Final, DNA & WSP, Julho de 2014, Maputo, Moçambique.

PES 2014, Proposta do Plano Económico e Social para 2014, Governo de Moçambique, Dezembro de 2013, Maputo, Moçambique.

PESA-ASR (2006 - 2015) Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural, Documento Final, Direcção Nacional de Águas, 2005.

PQG 2010-2014, Programa Quinquenal do Governo Para 2010-2014, Governo de Moçambique, Abril de 2010.

POLÍTICA DE ÁGUAS (2007) BR No. 43/1ª Série, 5º Suplemento, 30 de Outubro de 2007, Maputo, Moçambique.

PRONASAR (2012) Avaliação de Medio Temo do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), - Relatório Final, Agosto de 2013, Salomon, Maputo, Moçambique.

RADS (2013) Draft - Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2013, Direcção Nacional de Águas, Julho de 2014, Maputo, Moçambique.

RADS (2012) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2012, Direcção Nacional de Águas, Março de 2013, Maputo, Moçambique.

RADS (2011) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2011, Direcção Nacional de Águas, Abril de 2012, Maputo, Moçambique.

RADS (2010) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2010, Direcção Nacional de Águas, Março de 2011, Maputo, Moçambique.

REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS (2012), Diploma Ministerial No. 142/2012, de 11 de Julho. I SÉRIE, No 28.

REO - DNA (2014) Relatório de Execução Orçamental da Direcção Nacional de Águas - 2014, DNA, 2014.

(RP-QAD 2013), Relatório da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação de Desempenho de Grupo Sectorial de Água e Saneamento, Maputo, Moçambique.

VFM-WASF (2014) Evaluating the VFM of DFID's Contribution to PRONASAR Common Fund in Mozambique, Draft Report, 17<sup>th</sup> January 2014.

WASHCost (2011) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos até Julho 2011, Júlia Zita & Arjen Naafs, Julho de 2011.

WASHCost (2010) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos 2010, Júlia Zita & Arjen Naafs, Março de 2011.

WASHCost (2009) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos 2009, Júlia Zita & Arjen Naafs, Dezembro de 2010.